

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL N° 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA**

Nádia Carrasco Pagnossi

A ARQUEOLOGIA DE GÊNERO E SUAS APROXIMAÇÕES COM A HISTÓRIA

Uberlândia

2013

2013
1 (v)

Nádia Carrasco Pagnossi

A ARQUEOLOGIA DE GÊNERO E SUAS APROXIMAÇÕES COM A HISTÓRIA

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal Uberlândia, como exigência parcial para a obtenção do título de bacharel em História, sob a orientação da Profa. Dra. Regina Ilka Vieira Vasconcelos.

Uberlândia

2013

PAGNOSSI, Nádía C. (1990)

A arqueologia de gênero e suas aproximações com a história

Nádía Carrasco Pagnossi – Uberlândia, 2013.

72 páginas.

Orientadora: Regina Ilka Vieira Vasconcelos

Monografia – Universidade Federal de Uberlândia, Curso de Graduação em História.

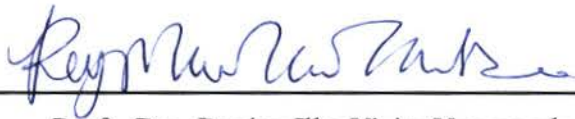
Inclui Bibliografia

Palavras-chave: arqueologia, feminismo, gênero, história.

Nádia Carrasco Pagnossi

A ARQUEOLOGIA DE GÊNERO E SUAS APROXIMAÇÕES COM A HISTÓRIA

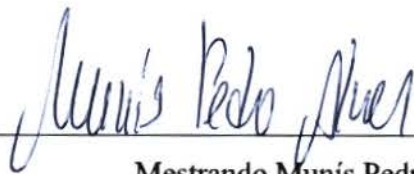
Banca examinadora:



Profa. Dra. Regina Ilka Vieira Vasconcelos (orientadora)



Profa. Dra. Marta Emisia Jacinto Barbosa



Mestrando Munís Pedro Alves

Uberlândia

2013

Dedico esse trabalho ao Felipe, a quem eu agradeço todos os dias pela sua existência.

Agradecimentos

Em primeiro lugar gostaria de agradecer a pessoas que me inspiraram a fazer o curso de História, Jean e Aldo, sem vocês eu não teria a coragem de seguir até o fim nesse curso maluco, no qual somente os fortes sobrevivem. À minha escola Coopec e a todos os outros professores e funcionários que guardarei para sempre em minha memória, por terem proporcionado o despertar do senso crítico e da indignação com as injustiças desde muito cedo.

Aos meus pais por estarem me apoiando em todos os momentos, apesar da minha teimosia atrapalhar a maioria deles. Serei eternamente grata por tudo que vocês fazem por mim. Podem ficar tranquilos e sem escândalos na ocasião da defesa. Ao meu irmão Henrique, por passar de pirralho chato à metaleiro *true*, agradeço muito por você ter crescido e se tornado esse cara engajado que você é hoje.

Às minhas melhores amigas e companheiras de uma tríplice eterna, Jasmim e Bruna, por me divertirem sempre com suas histórias sobre camas quebradas e ataques de formigas; e também por auxiliarem na composição desse trabalho. É incrível como somos fortes quando estamos juntas.

À Juliana, por ser tão fofa e me fazer ouvir uma mesma história durante mais de cinco horas. Ao Diego, por zombar de mim o tempo todo e eu nunca saber quando está falando sério ou não. Amo morar com vocês dois. Ao Munís, pelas boas conversas e por aguentar as tentativas de bolo sem glúten que nunca deram muito certo, e ainda assim continuar frequentando a minha casa e ainda por cima topa fazer parte da minha banca. Aos Pedros, Benedetti e Vendramini (obrigada por voltar), por colaborarem de uma forma ou de outra para esse trabalho.

À professora Marta pela participação na banca e pelas aulas que contribuíram para minha formação. À Regina, por aceitar me orientar gentilmente, mesmo sem nenhuma afinidade por nenhum dos temas que cheguei a propor. Agradeço muito a sua paciência e respeito a minha autonomia, você é inspiradora.

Aos arqueólogos João e Thaís, por me ajudarem com a parte técnica e com as leituras. Sem a ajuda de vocês com certeza eu não teria conseguido produzir. Aos meus primos queridos, Amanda e Ricardo, tenho orgulho de vocês. À minha sogra, Dariê, por ter feito a revisão do trabalho prontamente, e por ter gerado o Felipe.

Ao Felipe, por me acompanhar todos esses anos, por ser tão inteligente e sempre ler o trabalho quando eu pedia. Acho que uma das coisas mais certas que já fiz na vida foi ter lhe

oferecido chocolate aquele dia. Espero que nossa parceria continue por longos anos. Finalmente agradeço as pessoas que colaboraram para esse trabalho e que porventura eu não as tenha citado.

Resumo

Esse ensaio bibliográfico visa apresentar o desenvolvimento da história da arqueologia, em especial da arqueologia de gênero nesse contexto. São explorados os conceitos de arqueologia e cultura material, para fazer uma relação entre a História e a arqueologia. Como fontes, são utilizadas publicações específicas sobre a arqueologia de gênero, ou sobre a relação entre gênero e cultura material. Toda a trajetória da história da arqueologia é explicitada, com vistas a compará-la com o desenvolvimento da historiografia e localizar a temática de gênero nesse contexto. Os movimentos feministas e as teorias de gênero são imprescindíveis para o surgimento da arqueologia de gênero. Ao final do trabalho é realizada uma análise comparativa entre um trabalho da história e outro da arqueologia de gênero que usam a análise da cultura material no estabelecimento das relações de gênero dentro do ambiente doméstico.

Palavras-chave: arqueologia, feminismo, gênero, história.

Sumário

Lista de siglas e abreviações

Lista de figuras

Introdução	11
Conceitos	12
Escolhas e Caminho	15
Capítulo 1: História da arqueologia e possível relação com a historiografia.....	21
1.1 História da arqueologia norte-americana e europeia: aproximações com a historiografia	21
1.2 A história da arqueologia brasileira: de seus primórdios à atualidade.....	33
Capítulo 2: Arqueologia de gênero.....	40
2.1 Feminismos e estudos de gênero: diálogos com a história e a arqueologia	40
2.2 Arqueologia de gênero.....	45
2.3 Análise de caso: comparação entre as perspectivas da história e da arqueologia no estudo do ambiente doméstico.....	60
Considerações finais	67
Fontes.....	68
Referências bibliográficas.....	70

Lista de siglas e abreviações

CDHIS – Centro de Documentação e Pesquisa em História da UFU

FURG – Universidade Federal do Rio Grande

INHIS – Instituto de História da UFU

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (movimento)

MAE – Museu de Arqueologia e Etnologia da USP

MEC – Ministério da Educação

NEGUEM – Núcleo de Estudos de Gênero, Violência e Mulheres da UFU

PRONAPA – Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas

PUC – Pontifícia Universidade Católica

SAB – Sociedade de Arqueologia Brasileira

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UEA – Universidade do Estado do Amazonas

UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFPEl – Universidade Federal de Pelotas

UFPI – Universidade Federal do Piauí

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UNIR – Universidade Federal de Rondônia

UNISA – Universidade de Santo Amaro

UNIVASF – Universidade Federal do Vale do São Francisco

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USP – Universidade de São Paulo

Lista de figuras

2.1	Representações da Deusa segundo Marija Gimbutas.....	p. 49
2.2	We-Ha, uma two-spirit Zuni.....	p. 56
2.3	Dama de Baza.....	p. 59
2.4	Mapa de Deerfield.....	p. 62
2.5	Residência de Wynne e Putnam.....	p. 64
2.6	Planta de uma das casas de família analisadas, com indicação do local escavado.....	p.65
2.7	Uma das análises de cerâmicas realizada.....	p. 66

Introdução

O objetivo deste trabalho é realizar uma reflexão acerca da arqueologia de gênero e suas relações com a história e, principalmente, levantar questões úteis para os historiadores, seja em relação ao ensino, seja em relação à pesquisa.

É fato que não se dá o valor devido ao trabalho dos arqueólogos no meio acadêmico de história, principalmente porque a arqueologia muitas vezes está mais próxima de outras ciências, como, por exemplo, a antropologia (nos Estados Unidos o viés que aproxima a antropologia da arqueologia é extremamente forte). Sinto que é necessário que os historiadores não se prendam somente aos arquivos e deem crédito à cultura material, ou que os próprios arqueólogos se tornem historiadores.

Na Universidade Federal de Uberlândia, a arqueologia e a museologia (e até a arquivística, apesar do CDHIS- Centro de Documentação e Pesquisa em História), que seriam possíveis carreiras a um historiador, são deixadas de lado. Os estudos de gênero também são poucos dentro do INHIS (apesar do NEGUEM- Núcleo de Estudos de Gênero, Violência e Mulheres), com poucas professoras que se esforçam para abordar o tema.

Fui aprender um pouco sobre feminismo e as teorias de gênero durante uma disciplina optativa do curso de Ciências Sociais chamada “Gênero como categoria de análise social”, ministrada, na ocasião, em 2010, pela professora Maria Lúcia Vanucchi. Lamento não haver disciplina semelhante no curso de História e em muitos outros cursos, pois acredito que é uma matéria que leva à reflexão e à desconstrução de preconceitos de gênero. Infelizmente, o machismo ainda é muito presente na universidade e na sociedade e creio que iniciativas assim seriam uma grande ajuda para o combate a esse androcentrismo.

Cheguei a esse tema por coincidência, por ocasião de um presente que ganhei, o livro *Sexo invisível* (descrito ainda nesta introdução). Sua leitura me impulsionou a unir uma vontade que sempre tive, que é ser arqueóloga, com minha paixão, que são os estudos de gênero e o feminismo. Meu primeiro tema, que era o caso ufológico intitulado “Operação Prato”, foi fruto de uma inquietação e medo de que ninguém lesse meu trabalho. Hoje não tenho mais a ilusão de que alguém leia, e creio que minha contribuição para a sociedade está por vir, seja por meio de trabalhos acadêmicos integrados com comunidades carentes ou da militância feminista.

Tenho orgulho da luta das minorias oprimidas que produzem trabalhos, acadêmicos ou não, de qualidade e memoráveis. Acho que a beleza da construção da história e do conhecimento reside nesses momentos e em outros de ação física, de indignação, de união, de

sororidade, etc. Nas próximas páginas apresentarei conceitos chaves para o pleno entendimento da pesquisa, bem como as escolhas que fiz e o caminho percorrido.

Conceitos

Há duas discussões essenciais para a compreensão do texto: a primeira diz respeito à cultura material; e a segunda sobre o que é a arqueologia. Esses conceitos são importantes, pois não são muito debatidos no curso de História, além de nortear grande parte do trabalho.

A cultura material tem conotações diversas, sua noção é imprecisa, apesar da ampla utilização do termo que foi adaptado conforme as necessidades intelectuais de cada época. Seu significado começa a ser gestado no século XIX, a partir da necessidade de que algumas ciências (especialmente a história, a pré-história e a arqueologia) têm de resquícios materiais do passado para realizar seus estudos. Contudo, a noção de cultura material só tomará corpo nas primeiras décadas do século XX e a expressão “cultura material” propriamente dita aparecerá na URSS em 1919, com a criação de uma academia de estudos da cultura material. Portanto, a ela está ligada o marxismo e o socialismo, de alguma forma. O termo passa, então, a ser institucionalizado e amplamente utilizado nas ciências humanas e na história.¹

Enquanto a história muitas vezes se debruça sobre fatos raros e individuais, a sociologia e a antropologia dizem respeito ao coletivo e recorrente², o mesmo se dá no estudo da cultura material e na arqueologia. Nesta última, a cultura material assume extrema importância, pois é o objeto da arqueologia, a relação entre elas é direta, uma se vale da outra:

[...] se a cultura material se exprime nos e pelos objectos, também diz respeito à arqueologia que pode ser definida, também ela, como a ciência dos objetos, com a condição, claro, que o termo objeto seja entendido em sentido lato, englobando as construções e a terra remexida; com a condição também de pôr de lado o objecto isolado ou as coleções arbitrárias. A arqueologia divulga vestígios relacionados entre si e associações de factos, os mesmos que são estruturados pela cultura material. Além disso, através dos objectos, é o homem que é posto em causa. “As coisas e os homens”, tal poderia ser o objecto da arqueologia.³

1 BUCAILLE, Richard e PESEZ, Jean-Marie. **Cultura material**. In: Enciclopédia Einaudi. Vol.16 (Homo — Domesticação — Cultura Material). Lisboa, IN-CM, 1989, p. 15.

2 Ibidem, p. 17.

3 PESEZ, Jean-Marie. A história da cultura material. In: LE GOFF, Jacques. **A Nova História**. Lisboa: Edições 70, 1986, p.136.

Existem diversas definições do que é a arqueologia e quais são suas funções, seu conceito está em constante construção. Alguns estudiosos dizem que a arqueologia remete à parte técnica da pesquisa, ou seja, a escavação, coleta e interpretação dos vestígios materiais de culturas desaparecidas. Outras definições comuns são: ciência que estuda culturas e povos extintos; ciência que estuda as sociedades e suas transformações no decorrer do tempo com o auxílio material; tentativa de reconstituição do passado através dos traços materiais; ciência humana que busca o entendimento da humanidade a partir do passado.⁴ Por hora, creio que esta definição seja a mais apropriada:

A arqueologia é uma ciência social no sentido de que ela procura explicar o que aconteceu a um grupo específico de seres humanos no passado e fazer generalizações a respeito do processo de mudança cultural. Porém, ao contrário dos etnólogos, dos geógrafos, dos sociólogos, dos cientistas políticos e dos economistas, os arqueólogos não podem observar o comportamento da população que eles estudam; ao contrário dos historiadores, também não tem, na maioria dos casos, acesso direto ao pensamento dessa gente registrado em textos escritos. A arqueologia infere comportamento humano, e também ideias, a partir de materiais remanescentes do que pessoas fizeram e usaram, e do impacto físico de sua presença no meio ambiente. A interpretação de dados arqueológicos depende da compreensão de como seres humanos se comportam no presente e, em particular, de como esse comportamento se reflete na cultura material. Os arqueólogos também tem de recorrer a princípios uniformitaristas para que possam valer-se do entendimento de processos que ajudaram a configurar o registro arqueológico. No entanto, eles estão longe de chegar a um acordo a respeito de como esses saberes podem ser legítima e compreensivamente aplicados aos seus dados a fim de tornar inteligível o comportamento humano passado [...].⁵

É importante deixar claro que a arqueologia, como qualquer outra ciência, possui implicações políticas. É feita com objetivos, ajuda a legitimar identidades e dominações. Por exemplo, na Europa, a arqueologia medieval nasceu devido à questão dos historiadores poloneses quererem provar que a Polônia não foi mera dependência histórico-cultural do Sacro Império, e lograram através da cultura material.⁶ A crítica às intenções colonialistas, imperialistas e androcêntricas é constante nas arqueologias de gênero e pós-colonial.⁷

A arqueologia possibilita o contato com o próprio material em sua forma física e,

4 BARRETO, Mauro Vianna. *Abordando o passado; uma introdução à Arqueologia*. Belém: Paka-Tatu, 2010.p. 16-18.

5 TRIGGER, Bruce G. *História do pensamento arqueológico*. 2. ed. Tradução: Ordep Trindade Serra; São Paulo: Odysseus Editora, 2004. p.19.

6 BUCAILLE, Richard e PESEZ, Jean-Marie. *Cultura material*. In: Enciclopédia Einaudi, Lisboa, IN-CM, 1989, vol.16 - *Homo — Domesticação — Cultura Material*. p.18.

7 Ver: HODDER, Ian. *Archaeology Theory Today*. Polity Press. 2001. Cap. 8, 10, 12.

desse modo, há menor chance de erros de interpretação devido à subjetividade da documentação. As informações oferecidas são bastante precisas. Por outro lado, existem limitações, como a dependência do estado de conservação dos objetos.

Voltando à questão da cultura material propriamente dita, esta nunca foi definida com exatidão, apesar da necessidade de que isto seja feito e de que todos os seus aspectos estejam definidos. Braudel utilizou a expressão “civilização material” para referir-se à cultura material, sendo ele o único autor a utilizar o termo e faz uma longa análise sobre isso em seus estudos. *A civilização material em sua obra é algo complexo que não se limita à técnica.*⁸

A cultura material possui algumas características essenciais: a primeira delas é de que ela pode ser definida como a cultura do grosso da população, pois possui as dimensões do maioritário e do coletivo, mas não se deve confundi-la com a cultura popular. A segunda característica é o fato de que o acontecimento não tem muita importância para o estudo da cultura material, não existe a necessidade de “heróis” que “façam a história” à força de acontecimentos; o estudo da cultura material se debruça em observar o que é constante, estável, como, por exemplo, os fatos repetitivos que são chamados de “tradição”. No caso da cultura material, o acontecimento é resultado do substrato coletivo e repetitivo.

Retomando a relação entre a cultura material e a história, como comentado, esta última recorre à primeira sempre que deseja esclarecer as partes pouco conhecidas ou mal documentadas pelos textos, e faz isso por meio da arqueologia. Essa utilização foi introduzida pela Escola dos *Annales* e permanece até a atualidade, cada vez com mais força. Com outro ramo da história, a história econômica marxista, os historiadores tiveram dificuldades em dissociar o estudo da vida material dos aspectos socioeconômicos, além de desconfiarem em relação à tecnologia e às técnicas, que é outro tema recorrente quando se estuda a cultura material. Os historiadores em geral repudiam a questão tecnológica, talvez pela sua própria impotência: de não ser especialista em determinada técnica. Por isso os historiadores se debruçam em outros aspectos da cultura material.⁹

Finalmente, há algumas dimensões da cultura material que precisam ser explicitadas: um grupo só incorpora os aspectos de outra cultura que lhe convém, toda cultura tem uma receptividade limitada; as diferenças entre os grupos humanos dão à cultura material as dimensões espacial, temporal e social; as verdadeiras transformações da cultura material estão ligadas às mudanças demográficas; há um progresso contínuo na cultura material, porém isso

8 BUCAILLE, Richard e PESEZ, Jean-Marie. **Cultura material**. In: Enciclopédia Einaudi, Lisboa, IN-CM, 1989, vol.16 - *Homo — Domesticação — Cultura Material*. p. 30.

9 Ibidem. p. 37.

não é uma regra; e, por último, o estudo da cultura material gera um risco que deve ser evitado: o da reificação da civilização.¹⁰

Os conceitos de cultura material e de arqueologia são caros para o entendimento da arqueologia de gênero. Adiantando as discussões pertinentes ao capítulo 2, pode-se dizer que a cultura material assume um papel essencial em como se estruturam as ideologias de gênero, pois representam os meios pelos quais os indivíduos interagem e se relacionam enquanto membros de categorias de gênero, para, assim, participarem da vida social. A cultura material também se manifesta ativamente ao ser capaz de transformar as relações sociais, e construir as identidades de gênero, como, por exemplo, na adoção sistemática das calças pelas mulheres. Outro exemplo de subversão dos papéis de gênero impostos através da cultura material é a adoção de brincos e cabelos compridos por homens.¹¹

A seguir apresentarei minhas escolhas em relação a este trabalho, o uso de alguns termos em detrimento de outros, a linguagem do texto e as obras e fontes utilizadas.

Escolhas e Caminho

A linguagem que adoto no texto, excetuando essa introdução, é mais impessoal (apesar da subjetividade inevitável e necessária), em 3ª pessoa do singular. Escolhi esse tipo de linguagem, pois é a que eu emprego melhor nas produções. Outros aspectos referentes à linguagem são o uso de termos como “os arqueólogos”, “os historiadores”, genericamente para designar os profissionais na área. Optei por não “gendrificar” (usar *a/o*, *as/os*) o trabalho, pois acredito que existam mais de dois gêneros (além de homem e mulher) e eles não possuem pronomes próprios. Ultimamente, nos fóruns virtuais de discussão de gênero, se utilizam “x” ou “@” para designar todas as pessoas e até preferiria utilizá-los, mas não se aplicam às normas acadêmicas. Quando me refiro a “arqueólogos”, não especificando que são todos homens, quero dizer todos os profissionais da área, incluindo homens, mulheres, e demais gêneros.

Quando falo homens e mulheres especificamente, falo de pessoas cisgêneras (sinônimo de cissexuais, abreviados como cis), isto é, pessoas que se identificam com seu sexo e gênero atribuído no nascimento, ou seja, pessoas não transgênero.¹² Fiz essa escolha,

10 Ibidem, p. 45.

11 DÍAZ-ANDREU, Margarita. **Gênero y arqueología: una nueva síntesis**. Arqueología y Género. Universidad de Granada, 2005, p. 29-30.

12 Ver: JESUS, Jacqueline Gomes e ALVES, Hailey. **Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais**. Revista CRONOS, v. 11, n. 2, 2010.

pois é complicado falar de transgeneridade vivida em civilizações antigas, na pré-história e no meio arqueológico em geral. Não que a existência de outros gêneros para além de homem/mulher (cis) não tenha ocorrido no passado. Inclusive um dos livros que utilizo como fonte *Gender and Archaeology*, de Roberta Gilchrist, aborda o caso dos “berdaches” ou “two-spirit” em muitas sociedades indígenas da América do Norte¹³.

Percebe-se que muitas vezes ser homem ou mulher em uma determinada sociedade não tem a mesma importância que a nossa sociedade atribui a esse fato. O que eu quero dizer é que as desigualdades e/ou dominação podem ser em função de outros fatores, como idade ou ofício. Além disso, uma pessoa não é só seu gênero ou sexo, mas um conjunto de outras identidades.

No que concerne aos documentos utilizados, foi complicado discernir bibliografia (no caso, referências bibliográficas) de fontes bibliográficas. Embora os artigos e livros se cruzem, optei por classificar como fontes os textos referentes diretamente à arqueologia de gênero ou à relação entre gênero e cultura material. São eles:

1) Artigos:

- *The Engendering of Archaeology Refiguring Feminist Science Studies* da revista *The History of Science Society* da Universidade de Chicago, escrito pela filósofa da ciência canadense Alison Wylie em 1997, que trata da emergência dos estudos de gênero na arqueologia, descrevendo principalmente as críticas feministas à arqueologia e como aconteceram os primeiros estudos de gênero nesta ciência;

- *Feminismo, teoría e práctica de una arqueología científica* da revista *Trabajos de Prehistoria* de Madri (patrocinada pelo *Consejo Superior de Investigaciones Científicas*), escrito pela arqueóloga espanhola María Cruz Berrocal, em 2009, que possui um viés crítico em relação à arqueologia de gênero, separando-a da arqueologia feminista, além de explicar os processos de crítica feminista à ciência e apresentar algumas peculiaridades da arqueologia feminista na Espanha;

- *Homosexualitat, teoria queer i arqueologia* da revista catalã *Còta Zero* da Universidade de Vic, escrito pelo arqueólogo estadunidense Thomas A. Dowson em 1998, acerca dos objetivos e início do desenvolvimento da arqueologia *queer*;

- *Excavando mujeres en y desde el Sur: aproximaciones a la arqueología feminista en*

¹³ Ver mais em capítulo 2, item 2.2.

Latinoamérica da *Revista venezolana de estudios de la mujer*, escrito pelo antropólogo venezuelano Rodrigo Navarrete, em 2010, que faz uma exposição sobre a arqueologia feminista, suas limitações e possibilidades nos contextos latinoamericano e venezuelano;

- *Y la mujer se hace visible: estudios de género en la arqueología ibérica*, texto que está nos anais do *Encuentro Internacional Arqueología del Género*, que ocorreu em 2008, na Universidade Autônoma de Madri, produzido por uma das organizadoras do evento, a professora de arqueologia Lourdes Prados Torreira que faz um levantamento dos principais trabalhos na área de arqueologia de gênero que estudam a cultura ibérica nos últimos anos;

- *Género y arqueología: una nueva síntesis* do curso de *Arqueología y género*, realizado em 2003 na Universidade de Granada, escrito pela professora de arqueologia Margarita Díaz-Andreu, que dá um parâmetro geral sobre o que é arqueologia de gênero e como esta se desenvolveu, no exterior e na Espanha;

- *Gênero e cultura material: uma introdução bibliográfica* dos anais do Museu Paulista de 2003, escrito pela historiadora e professora da Universidade de São Paulo, Vânia Carneiro de Carvalho, cujo artigo elenca a produção bibliográfica das décadas de 1980-90 em âmbito nacional e anglo-americano no que concerne aos estudos de gênero na cultura material.

2) Capítulos de livros:

- *Bodies in Prehistory: Beyond the Sex/Gender Split* do sociólogo Benjamin Alberti, no livro *Global Archaeological Theory: Contextual Voices and Contemporary Thoughts*, editado por Pedro Paulo Funari, Andrés Zarankin e Emily Stovel, de 2005. O capítulo trata das teorias de gênero, em especial a de Judith Butler, na arqueologia de gênero, além de fazer uma análise sobre as imagens artísticas de Knossos, na Idade do Bronze;

- *Archaeologies of Identity* da arqueóloga Lynn Meskell no livro *Archaeological Theory Today*, editado por Ian Hodder, em 2001. Lynn Meskell tem como objetivo apresentar a influência da terceira onda feminista na arqueologia das identidades, delimitando como essa arqueologia deve ser, e desconstruir as categorias de identidade.

3) Teses e monografias:

- *Indicadores de gênero na pré-história brasileira: contexto funerário, simbolismo e diferenciação social. O sítio arqueológico Gruta do Gentio II, Unai, Minas Gerais* tese de doutorado de Glaucia Aparecida Malerba Sene, pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da

Universidade de São Paulo, em 2007. A tese apresenta um panorama geral sobre a arqueologia pós-processual e a arqueologia de gênero, e se foca na análise funerária do sítio arqueológico Gruta do Gentio II;

- *Possibilidades de uso do conceito de gênero na arqueologia: um estudo preliminar*, monografia de graduação em arqueologia de Sanmea Thayanni Barbosa Bastos, pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, em 2011. Sanmea apresenta a arqueologia de gênero e faz uma análise de caso das tangas marajoara.

4) Livros:

- *Sexo invisível*, de autoria dos arqueólogos J.M. Adovasio, Olga Soffer e Jake Page, publicados no Brasil pela editora Record, em 2009, porém a edição original é de 2006. O livro trata da participação da mulher na pré-história, dos debates em torno disso, da arqueologia masculina e machista, etc. As discussões do livro são inovadoras, expandindo o campo do estudo da pré-história para novas abordagens e novos olhares sobre;

- *Gender and Archaeology*, da arqueóloga Roberta Gilchrist, de 1999, é com certeza uma das obras mais completas e didáticas sobre a arqueologia de gênero nos Estados Unidos. O livro conta como ela nasceu, os diálogos com outras disciplinas para desenvolvê-la, como algumas sociedades do passado e do presente vivem o gênero, e finalmente traz uma análise de caso de como as relações de gênero se desenvolviam em um castelo medieval;

- *La arqueología del género: espacios de mujeres, mujeres con espacio* de Ruth Falcó Martí, arqueóloga pela Universidade de Alicante na Espanha, do ano de 2003. O trabalho é resultado de um projeto de bolsas no qual a autora fez parte no ano de 2002. O formato é semelhante ao realizado por Gilchrist, com explicações preliminares sobre as teorias feministas, seguido pelo uso de gênero na história e na arqueologia, com a análise de alguns trabalhos desenvolvidos na área;

- *Manifesting power*, editado pela antropóloga estadunidense Tracy L. Sweely, em 1999, é uma coletânea de artigos de autoras variadas (geralmente arqueólogas) sobre gênero e poder nas sociedades antigas e indígenas, pela perspectiva arqueológica. Cada capítulo do livro é resultado de uma pesquisa específica, além dos capítulos destinados à teoria de gênero na arqueologia;

- *Historical Archaeology of Gendered Lives*, escrito pela antropóloga estadunidense Deborah Rotman, em 2009. O livro traz o resultado de um trabalho de campo com casas dos séculos XVIII e XIX, na cidade de Deerfield, no estado de Massachusetts. Ela vai além da

cultura material e pesquisa os modos de vida de 6 famílias, utilizando fontes materiais e documentais para analisar as relações e teorias de gênero correntes no período estudado.

- *Gênero e artefato*, de Vânia Carneiro de Carvalho, publicado no ano de 2008. O livro é resultado da tese de doutorado da autora, na qual ela analisa acervos de objetos, fotos e manuais de etiqueta na cidade de São Paulo, de 1870 a 1920, a partir principalmente do acervo do Museu Paulista. Sua abordagem diz respeito a identificar os discursos de gênero nos objetos e documentos escritos, analisando principalmente o sistema doméstico.

A metodologia do trabalho diz respeito aos seguintes aspectos: descrição dos assuntos em geral, seguida por uma análise que culmina em diálogos entre os autores (fontes e bibliografia), e algumas vezes em comparações e relações entre as temáticas (em geral entre arqueologia e história). Esse tipo de metodologia explica muito a divisão dos capítulos, e o que é abordado em cada um de seus subitens.

O primeiro capítulo diz respeito à história da arqueologia na Europa, Estados Unidos e Brasil, e suas relações com a história e com a historiografia. Foram utilizados alguns autores “clássicos” do mundo acadêmico arqueológico, tais como Colin Renfrew, Bruce Trigger e Ian Hodder, para dar uma noção de como foi o surgimento da arqueologia, do desenvolvimento de suas teorias e no que estas se aproximam das teorias historiográficas. Bem como apresento os espaços da arqueologia no país, as discussões recentes, tais como a regulamentação da profissão, a arqueologia de contrato e os novos cursos de graduação existentes.

O segundo capítulo começa com uma exposição dos primórdios do movimento feminista, que culminou na eclosão dos estudos de gênero em diversas áreas do conhecimento, especialmente (no caso desta produção) na história e na arqueologia. Entender, ao menos superficialmente, as teorias feministas e de gênero é um dos guias para a compreensão deste trabalho de monografia. Se não existisse o feminismo, provavelmente essa narrativa seria sobre ufologia. Piadas à parte, as outras partes do capítulo tocam no que é a arqueologia de gênero em si, como ela teve início e como se desenvolve na atualidade, incluindo os diálogos (ou não) com os feminismos.

A última parte do trabalho diz respeito a uma análise comparativa entre arqueologia de gênero e história de gênero, nas temáticas do universo doméstico e do uso da cultura material para a percepção das relações de gênero, através dos trabalhos da arqueóloga Deborah Rotman e da historiadora Vânia Carneiro de Carvalho, com o auxílio do trabalho de Michelle Perrot, no quarto volume da *História da Vida Privada*. A escolha desses trabalhos em detrimento de tantos outros apresentados no decorrer deste texto diz respeito à aproximação

que ambos possuem em relação à sua temática, que é o espaço doméstico, a casa em si e de como utilizam arquivos pessoais para seus aportes. Apesar dessa semelhança, possuem diferentes sujeitos, métodos de pesquisa, objetivos, locais, uso documental em geral, etc.

Por fim, gostaria de explicitar as problemáticas que permeiam esta monografia, que não necessariamente serão respondidas. Como dito, o objetivo do trabalho é realizar uma intersecção entre a arqueologia de gênero e a história (de gênero ou não). Será esta aproximação possível? É possível uma arqueologia de gênero destituída do feminismo, sem significado? E o termo gênero, perdeu seus sentidos na atualidade? A história deve usar a arqueologia em suas análises? E a cultura material? Como deve ser a relação entre os arqueólogos e historiadores em geral com as teorias feministas e de gênero?

Espero que essas questões sejam suficientes para incitar a leitura das páginas seguintes e que iniciativas e tentativas de articular as ciências sejam cada vez mais frequentes, pois o debate interdisciplinar é extremamente importante para a construção do conhecimento e para a reinvenção das ciências em geral.

Capítulo 1: História da arqueologia e possível relação com a historiografia

The main thing to remember is that every view of the past is a product of its own time: ideas and theories are constantly evolving, and so are methods. When we describe the archaeological research methods of today we are simply speaking of one point on a trajectory of evolution. In a few decades or even a few years time these methods will certainly look old-fashioned and out of date.¹⁴

(RENFREW, BAHN, 2008)

Neste capítulo será exposta uma breve história da arqueologia, em especial as arqueologias norte-americana, europeia e brasileira dentro de seus contextos históricos-sociais. Aprender quem foram os pioneiros, quais as escolas de pensamento que surgiram com seus respectivos objetivos é imprescindível para se entender onde a arqueologia de gênero está situada. No contexto brasileiro, será apresentado um quadro geral e breve de quais são os lugares onde a arqueologia se encontra.

1.1 História da arqueologia norte-americana e europeia: aproximações com a historiografia

O estabelecimento da arqueologia enquanto disciplina científica é posterior ao estabelecimento da história. Como apontado por Funari, a história derivou de um gênero literário, que era utilizado pelos antigos gregos e romanos (Heródoto, Tucídides e Salústio), para se contar os fatos eleitos como relevantes para serem lembrados pelas gerações seguintes. Já esses antigos elencavam que a história não se fazia somente com documentos escritos, o que os Annales irão ressuscitar no começo do século XX, mas também com o uso de fontes materiais.¹⁵

Na verdade, os objetos eram utilizados até o século XIX apenas para ilustrar a história, não para construí-la. Somente quando a arqueologia se consolidou como disciplina é que essa situação começou a mudar - embora até hoje haja estudiosos que não aceitem dados arqueológicos sem algum vestígio escrito para comprová-los.

Para dar continuidade à explicação da relação entre arqueologia e história, é interessante, primeiramente, dar um parâmetro das origens da arqueologia até seu

14 Há que se ter em mente que toda visão do passado é um produto do seu próprio tempo: ideias e teorias estão em constante evolução, bem como os métodos. Quando descrevemos os métodos da pesquisa arqueológica de hoje, estamos simplesmente nos referindo a um ponto nesta trajetória de evolução. Em algumas décadas, ou até em poucos anos esses métodos estarão certamente fora de moda e ultrapassados. (Tradução livre da autora)

15 FUNARI, Pedro Paulo. **Os historiadores e a cultura material**. In: PINSKY, Carla Bassanezi, (organizadora). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 82.

estabelecimento como ciência autônoma no século XX:

Etimologicamente a palavra “Arqueologia” vem do grego *arkhaiologia* (*arkhaios*, antigo; *logia*, discurso, tratado), querendo significar a “ciência ou estudo das coisas antigas”. O vocábulo surgiu no final do século XVI e estava associado ao estudo das antiguidades clássicas ou dos monumentos pré-históricos existentes em países da Europa. Com o decorrer do tempo, e com a evolução dos métodos de pesquisa, o termo passou a ter uma significação científica mais precisa.¹⁶

Porém, antes de alcançar essa “significação científica mais precisa” de que fala Barreto, a disciplina passou por um longo caminho até o século XX, quando se estabeleceu enquanto ciência, da mesma forma que a maioria das ciências humanas.

O ser humano sempre se indagou acerca de suas origens. Durante a Idade Média prevaleciam as visões teocêntricas e criacionistas da idade do planeta terra e do aparecimento dos primeiros seres humanos. As crenças “arqueológicas” do imaginário social da época eram: que o mundo teria uma origem recente, de aproximadamente 4400 a.C., e teria sido criado de uma forma sobrenatural (por Deus), e todas essas suposições eram baseadas nas escrituras bíblicas; de que o mundo físico e os padrões de conduta encaminhavam-se para a degeneração e para o tão esperado juízo final; de que a humanidade havia sido criada por Deus no Jardim do Éden, no Oriente Próximo, do qual as pessoas teriam migrado para o Norte da Europa; de que os seres humanos eram incapazes de qualquer realização significativa sem o auxílio divino, a vida humana sem a intervenção de Deus era estática e tediosa; de que os tempos que estavam vivendo eram exatamente iguais aos tempos bíblicos. Além disso, pouca atividade relacionada ao estudo de vestígios materiais do passado foi realizada, no máximo colecionavam-se relíquias sagradas.

No período renascentista, isso irá mudar de figura. A maioria dos intelectuais e artistas, no afã de rememorar o passado greco-romano, irá voltar-se para tudo que possua esse tipo de influência. Além das obras literárias, a arquitetura e a arte da antiguidade clássica serão exaltadas, na intenção de descobrir e conhecer cada vez mais esse passado. Os objetos encontrados nas localidades também eram alvo de curiosidade e afeto. A partir desse momento, iniciaram-se as coleções particulares de artefatos da antiguidade clássica por parte de reis e comerciantes ricos (mecenas). Escavações sem qualquer critério metodológico de preservação foram realizadas em Pompeia e em outras localidades, com objetivos de fruição

16 BARRETO, Mauro Vianna. **Abordando o passado; uma introdução à Arqueologia**. Belém: Paka-Tatu, 2010, p.13.

estética e de lucro comercial. Segundo Trigger, alguns papas criaram decretos para tentarem preservar construções antigas, tamanha era a exploração desmedida e o furto de objetos de arte antiga. Toda essa exaltação pelo passado greco-romano irá culminar no surgimento da disciplina de história da arte no século XVIII.¹⁷

Paralelo aos estudos da história da arte na Europa, as expedições napoleônicas ao Egito serão as responsáveis pelas primeiras investigações arqueológicas nessa região.

A pesquisa sistemática do Egito Antigo teve início com as observações feitas pelos eruditos franceses que acompanharam a invasão do Egito por Napoleão Bonaparte, em 1798-9, e produziram a *Description de l'Egypte* [Descrição do Egito], obra em vários volumes, iniciada em 1809. Outro resultado dessa campanha militar foi a descoberta acidental da pedra da Roseta, inscrição bilíngue que teve papel fundamental na decifração de escritos por Jean-François Champollion (1790-1832).¹⁸

Após essas descobertas, a visão sobre a história do Egito antigo não se pautou somente nos antigos escritos de Heródoto e de outros escritores clássicos. Ao mesmo tempo em que alguns intelectuais realizavam suas pesquisas com intenções científicas, outros escavavam e saqueavam as tumbas antigas sem qualquer critério que não fosse o financeiro. A ideia de fiscalização sobre as escavações ainda não estava bem definida, e os saques às tumbas egípcias só terminaram depois que o governo francês tomou medidas no século XIX.

Regressando à arqueologia europeia como um todo, dos períodos que vão dos séculos XVI a XIX, a maioria das atividades arqueológicas foi desenvolvida por iniciativa de antiquários e de sociedades de antiquários, que realizavam levantamentos de dados e colecionavam artefatos antigos.

Esse antiquarismo teve suas peculiaridades conforme a região e a época em que estava inserido. No Norte da Europa, por exemplo, esse movimento estava ligado principalmente ao

17 Citando Trigger para explicitar tal questão: "No final do século XV, papas como Paulo II e Alexandre VI, cardeais e outros membros da nobreza italiana puseram-se a coletar e exibir obras de arte antigas. Passaram, também, a patrocinar buscas sistemáticas com o objetivo de recuperar objetos (Taylor, 1948: 9-10). Ainda em 1462, o papa Pio II promulgou uma lei com o propósito de preservar edifícios antigos nos estados papais, e em 1471 Sixto IV proibiu a exportação de blocos de pedra e estátuas de seus domínios (Weiss, 1969: 99-100). Por muito tempo não foram feitas escavações, no sentido moderno do termo, mas apenas um simples cavar em busca de objetos de valor estético e comercial. As escavações iniciadas nos sítios romanos bem preservados de Herculano e Pompéia, na primeira metade do século XVIII, foram caças a tesouros desse gênero, mas gradualmente firmou-se o desejo de resgatar estátuas e outras obras de arte, acompanhando o interesse pela arquitetura romana doméstica. Entretanto, havia pouca preocupação com o contexto em que as descobertas eram feitas. Os donos das terras sob as quais Pompéia estava sepultada negociaram com empresários a cessão do direito de escavação, cobrando arrendamento por jarda cúbica (Lepman, 1968)." (TRIGGER, Bruce G. **História do pensamento arqueológico**. 2. ed. Tradução: Ordep Trindade Serra; São Paulo: Odysseus Editora, 2004. p.37-38.)

18 Ibidem, p. 39.

patriotismo e nacionalismo, em encontrar algo no passado que significasse o elemento comum de determinado povo ou nação. O enfoque também era grande em objetos considerados como pertencentes a algum herói, a alguma civilização ou a um povo de importância histórica. Na França, durante o século XVIII, começou um forte interesse acerca do povo celta, como representantes dos antepassados dos franceses, porém infelizmente as pesquisas dos antiquários ficaram em uma espécie de exaltação de histórias fantasiosas, típicas do período romântico.¹⁹

Enquanto na Europa as sociedades de antiquários estavam fortes e realizando alguns tipos de investigações, nos Estados Unidos, o processo se deu de uma maneira um pouco diferente. No período de expansão americana para o Oeste e para territórios além do litoral, foram descobertos alguns montículos de terra, que se localizavam em vários locais do país: *da região oeste do Estado de Nova York até Nebraska, dos Grandes Lagos até o golfo do México, a terra era coberta por montículos, muitos dos quais enormes em altura e extensão.*²⁰

Esses montículos despertaram a curiosidade de vários intelectuais da época, que chegaram a perguntar para os nativos das regiões sobre sua origem. As respostas variavam entre dizerem que sempre existiram (ou seja, não saberem quem os havia feito) ou atribuírem aos próprios antepassados. Em geral, os pesquisadores possuíam uma visão extremamente racista e demoraram a assumir que aqueles montículos tivessem sido feitos pelos antepassados dos indígenas encontrados. Enfim, o importante de se ter em mente é que a arqueologia norte-americana nasceu das investigações e escavações feitas com esses montículos. Apesar disso, um parêntese deve ser incluído neste momento: o interesse arqueológico nos Estados Unidos esteve focado principalmente nos construtores de montículos, porém isso não significa que o antiquarismo, tão comum na Europa, não estivesse presente também do outro lado do Atlântico, inclusive muitas das escavações foram financiadas pelas sociedades de antiquários.

Thomas Jefferson, em 1784, escavando essas construções, utilizou uma metodologia tão à frente de seu tempo que suas conclusões foram ignoradas pelos estudiosos por mais de um século. A forma de trabalho de Jefferson estava pautada em solucionar a problemática sobre a autoria dos montículos e não somente em recuperar e coletar artefatos, como era o costume da época. Jefferson foi um dos primeiros a concluir que aqueles montículos eram obras dos antepassados dos indígenas do período. Essa conclusão só foi confirmada e aceita

19 Ibidem, p.49.

20 ADOVASIO, J. M., PAGE, Jake. **Os primeiros americanos**. Tradução: Renato Bittencourt; Rio de Janeiro: Record, 2011. p.31.

pelo meio intelectual com o relatório de Cyrus Thomas, em 1894.²¹

Durante o século XIX, especialmente a partir de 1850, os desígnios epistemológicos gerais que orientarão a maior parte das produções científicas irão atingir a maturidade. O século XIX é o século do cientificismo, do surgimento/desenvolvimento de teorias sociológicas, tais como: o positivismo, o darwinismo, o marxismo e a antropologia. Também nesse período ocorre a formação definitiva dos Estados da Europa atual, o imperialismo e o neocolonialismo.²²

Das teorias elencadas acima, uma delas teve enorme influência na arqueologia desse período: o darwinismo. Com o advento do evolucionismo de Darwin, diversas crenças anteriores passaram a ser contestadas. Agora a crença vigente era a de que o ser humano era muito mais antigo do que se podia imaginar (recordando que na Idade Média apostavam em 4400 anos antes do nascimento de Cristo) e que o ser humano havia passado por um processo de evolução de milhares ou milhões de anos até chegar ao estágio em que se encontrava. Além da influência darwinista, essas novas crenças estavam baseadas nos estudos de alguns cientistas, que escavaram localidades nas quais encontraram instrumentos líticos trabalhados, tais como bifaces, pontas de flechas e machadinhas.²³

Esses estudos provinham de um crescente interesse na pré-história. Interesse que culminou na:

[...] constituição de um estudo autônomo e sistemático da pré-história, distinto do antiquarismo dos primeiros tempos, envolveu dois movimentos distintos que começaram, respectivamente, no início e em meados do século XIX. O primeiro deles originou-se na Escandinávia e baseou-se na invenção de novas técnicas para a datação de achados arqueológicos, o que tornou possível o estudo completo de períodos mais recentes da pré-história. Marcou o início da arqueologia pré-histórica, que logo se tornou capaz de assumir seu posto ao lado da arqueologia clássica como um componente significativo do estudo do desenvolvimento humano. A segunda onda, que começou na França e na Inglaterra, foi pioneira no estudo do paleolítico e acrescentou uma enorme, até então inimaginada, profundidade temporal à história humana. A arqueologia paleolítica ocupou-se de questões relativas à origem humana que se tinham tornado de interesse crucial para toda a comunidade científica e para o grande público, em função dos debates entre os evolucionistas e os criacionistas que se seguiram à publicação de *A origem das espécies*, de Charles Darwin, em 1859.²⁴

21 Ibidem, p. 37.

22 BUCAILLE, Richard e PESEZ, Jean-Marie. **Cultura material**. In: Enciclopédia Einaudi, Lisboa, IN-CM, 1989, vol.16 - *Homo — Domesticação — Cultura Material*. p. 12.

23 Ibidem, p. 12.

24 TRIGGER, Bruce G. **História do pensamento arqueológico**. 2.ed. Tradução: Ordep Trindade Serra; São Paulo: Odysseus Editora, 2004. p.71.

Apesar de todas essas conquistas do século XIX para a arqueologia, é importante salientar que ela estava atrelada a outras ciências, principalmente à antropologia. Um dos usos comuns da teoria darwinista foi em aplicá-la para a sociedade. Portanto, estudos que classificavam os seres humanos em “primitivos” ou “civilizados” eram frequentes. O neocolonialismo na África e na Ásia tinha que ter alguma justificativa “científica” que validasse a dominação, e as teses evolucionistas serviram muito bem a esse propósito.²⁵

Outro ponto a se levar em conta é o de que a mudança no modo de ver científico do século XIX é resultante de todo um processo de pensamento racionalista do século XVIII, mais precisamente, das ideias iluministas. Por exemplo, a crença de que a evolução da cultura material representa também um melhoramento social e moral. Daí classificarem sociedades que não possuíam grandes inovações tecnológicas (de acordo com uma visão ocidental e eurocêntrica) como “primitivas” ou “selvagens”. Uma característica comum da arqueologia do período era não acreditar na capacidade de mudança das sociedades consideradas “primitivas”, pois o ideário racista²⁶ pregava que elas eram estáticas e que só se transformavam com migrações ou influências externas.

Esse tipo de pensamento só foi contestado durante o século XX. Por exemplo, no caso da escola da Nova Historiografia Africana, a partir de 1950. Um dos objetivos principais desse movimento é reconhecer que a África possui uma história anterior à chegada dos europeus no continente, que as sociedades africanas não são estáticas como acreditavam muitos pensadores, que esse lado da história deve ser contado. O movimento de resgate da história da África contou com o auxílio de diversos tipos de fontes, incluindo as fontes materiais.²⁷

Chegando ao século XX a arqueologia passará ao seu período de independência e do surgimento de diversas linhas de pensamento teórico. Retomando a introdução, a arqueologia não pode ser vista como fruto de um ponto de vista único, tampouco como uma disciplina

25 Sobre as discussões das relações entre arqueologia, antropologia, dominação colonial e racismo científico ver: TRIGGER, Bruce G. **História do pensamento arqueológico**. 2.ed. Tradução: Ordep Trindade Serra; São Paulo: Odyseus Editora, 2004. Caps 5 e 9.

26 Para saber mais sobre o racismo científico do século XIX ver: SILVEIRA, Renato da. Os selvagens e a massa: o papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental. In: **Revista Afro-Ásia**, Universidade Federal da Bahia, 23, 1999.

27 A medida em que alguns africanos se formavam em história e ciências afins nos países europeus ou na própria África, sentiu-se a necessidade de dar início a um projeto de escrita da história da África pelos próprios africanos, contrapondo visões racistas de que a África não possuía história (Hegel era um dos pensadores que acreditavam nisso) antes da chegada dos europeus no continente. Para saber mais ver: FAGE, J. D. “A evolução da historiografia africana”. In J. KI-ZERBO (org.), **História geral da África: metodologia e pré-História da África**. vol. I. São Paulo/Paris, Ática/Unesco, 1982.

pronta sem que ocorresse uma série de debates conceituais: ela é mutável conforme seu tempo, espaço, sujeitos, objetos, teóricos, etc. Outro conceito explicitado na introdução, que é caro para a compreensão dos movimentos teóricos da arqueologia nos séculos XX e XXI, é o de cultura material²⁸, que é o objeto da arqueologia, além de ser um conceito também concretizado no século XX.

Na primeira metade do século XX, a arqueologia em geral era caracterizada por estudos que tinham como objetivo o estabelecimento de cronologias fixas e sequências nos dados para se descobrirem as “fases” arqueológicas (prática comum no Brasil até 1980), já que as técnicas de campo haviam melhorado consideravelmente com as escavações feitas em estratigrafia, e com a utilização de outros métodos de datação relativa²⁹. Outra prática comum na época era a de meramente se tentar descobrir quais as funções dos objetos e artefatos encontrados, prática que ficou conhecida como “funcionalismo”. Porém esses objetivos não eram comuns a todos os meios arqueológicos.³⁰

Na antiga URSS a arqueologia estava diretamente ligada à história por conta do materialismo histórico. Apesar da arqueologia ocidental ter poucos diálogos com a arqueologia soviética, os arqueólogos soviéticos³¹ foram pioneiros em considerarem os fatores sociais internos na explicação das mudanças no registro arqueológico, além de valorizarem o papel da ação humana na explicação da história. As ideias marxistas no campo arqueológico não ficaram somente restritas à antiga URSS e um dos maiores nomes da arqueologia, Gordon Childe³², fez uso dessa influência ao trabalhar com questões econômicas e com quais seriam

28 Como visto na introdução, o conceito de cultura material é extremamente complexo e passou por reformulações ao longo da história; além disso, possui um sentido diferente para cada autor que o utiliza. Resumidamente, podemos entender a cultura material como uma cultura: *Nessa qualidade, possui dois dos seus aspectos principais: a coletividade (oposta à individualidade) e a repetição (por oposição ao acontecimento) dos fenômenos que a compõem [...] Além disso, esta aproximação cultural é determinada pela angularidade da materialidade, tal como indica o adjetivo 'material'. Esta escolha da materialidade revela dois aspectos precisos: o apego aos fenômenos infra-estruturais como causalidade heurística e a atenção aos objetos concretos que explicam estes fenômenos (...)*. In: BUCAILLE, Richard e PESEZ, Jean-Marie. **Cultura material**. In: Enciclopédia Einaudi, Lisboa, IN-CM, 1989, vol.16 - *Homo — Domesticação — Cultura Material*. p. 25.

29 Segundo Renfrew e Bahn, a estratigrafia é um método de datação relativa que se pauta no estudo da estratificação do solo. A ordem das camadas do solo geralmente indica uma sequência cronológica, nas quais as mais fundas são as mais antigas e as mais superficiais mais recentes. Outros métodos de datação relativa muito utilizados são: as sequências tipológicas (que se pautam no estilo para determinar a influência que determinada cultura exerceu sobre outra e sua antiguidade), a língua (por meio de comparações), e o clima e a cronologia de um local (através da análise de colunas de gelo, de sedimentos marinhos, do pólen e da fauna). RENFREW, C. & BAHN, P. **Archaeology: Theories, Methods and Practice**. 5. ed. London: Thames & Hudson, 2008.

30 BARRETO, Mauro Vianna. **Abordando o passado; uma introdução à Arqueologia**. Belém: Paka-Tatu, 2010. p.14-15.

31 Para saber mais acerca da arqueologia soviética ver: TRIGGER, Bruce G. **História do pensamento arqueológico**. 2.ed. Tradução: Ordep Trindade Serra; São Paulo: Odysseus Editora, 2004. Cap. 6.

32 O filólogo e arqueólogo australiano Gordon Childe revolucionou a arqueologia do início do século XX ao

as razões para que ocorressem as mudanças sociais e culturais.

Outra abordagem que fugia um pouco do “funcionalismo” ou do tratamento histórico-cultural, no início do século XX, foi o método ecológico de se enxergar o estudo das populações humanas antigas. Este método, que foi incorporado à arqueologia atual, visa estudar os aspectos biológicos e do meio ambiente (estudo de restos ósseos de animais, plantas, alimentação, etc.) em que viveram as sociedades investigadas, para a obtenção de informações mais fidedignas do habitat e modo de vida.³³

Após a Segunda Guerra Mundial, a demanda pelas pesquisas arqueológicas cresceu consideravelmente, além de novos métodos de campo serem desenvolvidos. Em 1949 foi anunciada a descoberta da datação por carbono 14, o que revolucionou as formas de trabalho anteriores, que eram baseadas em comparações entre culturas, tendo como parâmetro principalmente a Grécia e Egito antigos. Além do carbono 14, ou radiocarbono, outras inovações técnicas, como o aparecimento da bioquímica e da genética molecular, auxiliaram nas datações e estudos mais aprofundados acerca do passado.³⁴

Nos anos 1960, a arqueologia passou por uma ampliação enorme em suas teorias. Relacionando esse momento com a historiografia, surgirá nessa década algo parecido com o que foi a Escola Metódica Francesa nos fins do século XIX e início do XX, já que a arqueologia se afirmará enquanto ciência (porém vinculada à antropologia) devido às datações mais e mais precisas. Assim, “certezas” serão construídas e se buscará uma objetividade total.³⁵

Nesse momento, a história já havia passado (com a Escola dos Annales) por toda discussão acerca da redefinição da objetividade em seus métodos, além de ter ampliado sua noção de documento. Apesar de muitos historiadores fugirem da noção de objetividade, a história quantitativa foi febre na França, Itália e Grã-Bretanha, de 1950 a 1970. O sucesso do uso de dados estatísticos e demográficos veio principalmente dos historiadores que se interessaram pelos computadores e as possibilidades de se trabalhar com os dados armazenados nos mesmos.³⁶ Esse movimento é contraditório dentro da historiografia corrente

reconhecer que o período neolítico havia sido composto por grupos culturais bem definidos. Com isso ele acabou por fugir da abordagem meramente evolucionista corrente no período. Suas principais obras são: *The Dawn of European Civilization e The Danube in Prehistory*. Ver: TRIGGER, Bruce G. **História do pensamento arqueológico**. 2.ed. Tradução: Ordep Trindade Serra; São Paulo: Odysseus Editora, 2004. p. 164-170.

33 RENFREW, C. & BAHN, P. **Archaeology: Theories, Methods and Practice**. 5. ed. London: Thames & Hudson, 2008. p. 36-37.

34 Ibidem. p.37.

35 Ibidem. p.40.

36 LE GOFF, Jacques. **A história nova**. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 49-50.

na época e, como apontado, segue uma linha muito parecida com o que estava acontecendo na arqueologia do período. Em suma, a heterogeneidade é algo comum quando se trata de correntes de pensamento, principalmente dentro da história.

Os pesquisadores que fazem suas análises com fontes materiais geralmente buscam algo escrito para encontrar respaldo, o que muitas vezes torna difícil o desenvolvimento de pesquisas com sociedades ágrafas.³⁷ Ainda assim, é interessante notar o trabalho de alguns sociólogos, historiadores e filósofos neste campo, como Braudel³⁸ e Foucault³⁹. O primeiro ao criar o termo “civilização material”, para se referir aos aspectos físicos, materiais da vida humana em sociedade, ressaltou a importância em se estudar todas as coisas para se entender os homens. Para Braudel, as fontes arqueológicas não eram passíveis de estudo somente por historiadores da antiguidade, mas sim por historiadores das sociedades modernas.

Já Foucault analisou principalmente construções e instituições, como escolas, hospícios, hospitais e prisões, para formular sua teoria de que esses lugares eram feitos para serem disciplinadores e controladores. Ele notou que havia um padrão constante na maneira em que estas construções estavam organizadas arquitetonicamente essas construções, ao modo do *panopticon* de Bentham. Não é coincidência Foucault cunhar o termo “arqueologia do saber” em seus estudos sobre a sociedade.⁴⁰

Também passa a ser frequente o uso de fontes arqueológicas por historiadores do cotidiano, da vida privada, que buscam analisar os espaços públicos e privados, como aconteceram as mudanças nas casas, as divisões entre os cômodos, quem ocupa determinado local físico e por quê. Apresenta-se com isso uma gama de possibilidades de unir o trabalho do historiador ao do arqueólogo, embora em algumas instituições isso ainda esteja muito longe de ocorrer.

Outro movimento que a história da arqueologia terá, que pode ser comparado com a historiografia, é a abertura para novas abordagens, novos sujeitos, novas formas de construção do passado. Porém esse movimento foi, por poucas décadas, posterior em relação à história. Nesta, isso ocorrerá primeiramente com os *Annales*, seguido da “Nova História” francesa, na década de 1960. Na arqueologia isso ocorrerá principalmente com a arqueologia pós-

37 BUCAILLE, Richard e PESEZ, Jean-Marie. **Cultura material**. In: Enciclopédia Einaudi, Lisboa, IN-CM, 1989, vol.16 - *Homo — Domesticação — Cultura Material*. p.27-28.

38 Ibidem. p. 28-29.

39 FUNARI, Pedro Paulo. **Os historiadores e a cultura material**. In: PINSKY, Carla Bassanezi, (organizadora). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 92.

40 Ver: FOUCAULT, Michael. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987. _____ **Microfísica do Poder**. [Organização e tradução de Robert Machado]. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

processual ou interpretativa, no início da década de 1980.⁴¹

A arqueologia de gênero irá entrar nessa demanda da incorporação de novos sujeitos na arqueologia. Além de resultar da arqueologia interpretativa, ela resulta dos estudos de gênero iniciados na década de 1960, com o advento dos primeiros movimentos feministas. Porém, antes de situar o que são os estudos de gênero, seu contexto histórico e sua inserção na história e na arqueologia, é essencial aprofundar-se um pouco mais no movimento arqueológico pós-1960.

A arqueologia processual, ou “Nova arqueologia”, surgiu nos Estados Unidos, no final da década de 1950, como uma resposta a algumas insatisfações acerca do trabalho arqueológico que estava sendo desenvolvido até então. A primeira e principal insatisfação era concernente à questão da importância da datação nas pesquisas. Outra insatisfação dizia respeito ao caráter de a arqueologia tradicional se preocupar somente em classificar os restos materiais sem explicar nada. Um dos maiores nomes da “Nova arqueologia” foi Lewis Binford, que:

[...] acreditava que a arqueologia deveria ter os mesmos objetivos da antropologia: explicar as similaridades e diferenças da atividade cultural humana, mormente as primeiras, pois acreditava na existência de fortes regularidades no comportamento humano. Não por acaso, o lema da nova arqueologia passou a ser a famosa frase cunhada por Willey e Phillips em 1958: “A arqueologia americana é antropologia ou não é nada”. A nova arqueologia procurava criar uma base epistemológica sólida para a disciplina, dotando-a de um corpo teórico e metodológico científico consistente para lhe assegurar o mesmo *status* das outras ciências.⁴²

A perspectiva metodológica e teórica da arqueologia mudou completamente com as ideias dessa “escola” arqueológica. As premissas chave da “Nova arqueologia”, de acordo com Renfrew e Bahn, são: explicar as mudanças do passado, e não somente tentar reconstruir fielmente como as pessoas viviam; realizar generalizações devido ao foco na análise do processo cultural, e não mais na explicação histórica⁴³; propor soluções a problemas

41 RENFREW, C. & BAHN, P. **Archaeology: Theories, Methods and Practice**. 5. ed. London: Thames & Hudson, 2008. p. 40-41.

42 BARRETO, Mauro Vianna. **Abordando o passado; uma introdução à Arqueologia**. Belém: Paka-Tatu, 2010. p.15.

43 *Traditional archaeology was seen to rely on historical explanation: the New Archaeology, drawing on the 'philosophy of science', would think in terms of 'culture process', of how changes in economic and social systems take place. This implies 'generalization'*. Tradução livre da autora: “A arqueologia tradicional foi vista como dependente da explicação histórica: a 'Nova Arqueologia', com base na 'filosofia da ciência', passou a pensar nos termos do 'processo cultural', de como as mudanças nos sistemas econômicos e sociais ocorrem. Isso implica em 'generalização'”. RENFREW, C. & BAHN, P. **Archaeology: Theories, Methods**

específicos, voltar-se para a formulação de hipóteses (passíveis de testes) e para a construção de modelos, deduzindo suas consequências; tomar conclusões somente após um trabalho árduo de testes e pesquisas; ter algum objetivo real com a pesquisa arqueológica, para que essa não fosse feita somente com o intuito de gerar informações irrelevantes; e, finalmente, o levantamento de dados com o uso de tecnologia em campo, para se chegar a conclusões mais precisas.

A “Nova arqueologia” foi criticada nos anos 1980, por possuir um forte viés positivista, no sentido de acreditar que havia como alcançar dados e interpretações corretas acerca do passado. O outro termo utilizado para denominá-la, arqueologia “processualista”, diz respeito a essa escola de pensamento ter como objetivo: *construir modelos para explicar os processos de mudança cultural causados por fatores internos em um determinado contexto ambiental*.⁴⁴

Embora o mais significativo no período, esse modo de ver e de se trabalhar com a arqueologia não foi o único. Na década de 1970 surgiram alternativas ao modo de trabalho processual. A arqueologia behaviorista, ou comportamental, foi uma dessas, e tem como objetivo estudar e analisar as interações entre pessoas e objetos. Outra alternativa foi a arqueologia neoevolucionista, que vê o registro arqueológico como o registro do comportamento humano em sua evolução.⁴⁵

No fim dos anos 1970, os pressupostos teórico-metodológicos da “Nova arqueologia” passaram a ser criticados e, a partir dessas críticas e principalmente do pensamento pós-modernista, o campo de pesquisa se expandiu. Cabe lembrar que a arqueologia passa a dialogar, além da antropologia e da história, com outras disciplinas, como, por exemplo, com a sociologia e com as artes. Um viés de expansão é o que foi chamado de escola pós-processual ou interpretativa, que engloba uma série de novas demandas:

Post-modernist thinking in the 1980s and the 1990s led to the development of interpretive or postprocessual archaeology. Advocates believe that there is no single correct way to undertake archaeological inference and that objectivity in research is impossible. Postprocessual archaeologists place emphasis on the varied perspectives of different social groups, arguing that not everyone experiences the past in the same way.⁴⁶

and Practice. 5. ed. London: Thames & Hudson, 2008. p. 41.

44 BARRETO, Mauro Vianna. **Abordando o passado; uma introdução à Arqueologia**. Belém: Paka-Tatu, 2010. p.15.

45 HODDER, Ian. **Archaeology Theory Today**. Polity Press. 2001.

46 “O pensamento pós-moderno nas décadas de 1980 e 1990 acarretou o desenvolvimento da arqueologia pós-processual ou interpretativa. Seus defensores acreditam que não há uma maneira única de realizar inferências

Abrindo a gama de estudos também para a inclusão de minorias, a arqueologia passou a se pautar em outros pressupostos, tais como: o de entender o ser humano como agente social e histórico, reconsiderando o objeto de estudo (registro arqueológico) como resultante da ação humana; compreender a arqueologia como capaz de auxiliar na mudança do mundo, conclusão que vem de uma aproximação com as teorias marxistas, por muitas vezes ter sido usada na legitimação da dominação pelas potências hegemônicas; considerar as experiências do indivíduo em relação ao mundo material e ao meio ambiente onde vive (abordagem comum na arqueologia de paisagem), e como interage e modifica esse ambiente; desconsiderar as generalizações absolutas acerca das sociedades humanas, entendendo que cada uma delas tem suas peculiaridades e diversidades. Daí o surgimento das arqueologias: pós-colonial, de identidade, de paisagem, de cunho estruturalista, cognitivas, simbólicas, neomarxistas, entre outras.⁴⁷

O que aconteceu com a História foi muito parecido com o que ocorreu com a arqueologia: a contestação da objetividade na pesquisa, questionamentos acerca dos objetos da história e do ofício do historiador já haviam começado com os *Annales* nas primeiras décadas do século XX. Após os movimentos contestatórios das décadas de 1960 e 1970⁴⁸ que surtiram influência em quase todas as ciências (especialmente as humanas), novos questionamentos começam a ser feitos dentro da história. O que culminou no surgimento da Nova História, na qual as possibilidades de pesquisa, de uso fontes e de escolha de objetos se ampliaram:

Na amostragem de novos objetos da História encontram-se trabalhos sobre o clima, o inconsciente, o mito, o cotidiano, as mentalidades, a língua: Linguística e História, livro, jovens e crianças, saúde e doenças, opinião pública, cozinha, cinema, festa. As fontes consultadas e discutidas pelos autores mostram a dimensão interdisciplinar de suas perspectivas: mapas meteorológicos, processos

arqueológicas e que a objetividade na pesquisa é impossível. Os arqueólogos pós-processuais se focam em várias perspectivas de diferentes grupos sociais, argumentando que as pessoas vivenciam o passado de formas diversas.” RENFREW, C. & BAHN, P. *Archaeology: Theories, Methods and Practice*. 5. ed. London: Thames & Hudson, 2008. p.50.

47 Para entender as diversas vertentes arqueológicas correntes na atualidade ver: HODDER, Ian. *Archaeology Theory Today*. Polity Press. 2001.

48 “Como em cultura nada permanece imutável, mediante novas realidades nos finais dos anos 60 do século XX – contestação da legitimidade do poder em todas as suas formas, revolta estudantil na França, ditaduras patrocinadas pelos Estados Unidos na América Latina, repressões nas repúblicas socialistas do Leste europeu, críticas ao stalinismo e a todas as violações de direita e de esquerda aos direitos humanos, recrudescimento de movimentos neo-anarquistas, reivindicações do movimento feminista e muitos outros –, os historiadores são chamados a voltar-se para as questões candentes do tempo presente.” JANOTTI, Maria de Lourdes. O livro *Fontes históricas como fonte*. In: PINSKY, Carla Bassanezi, (organizadora). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p.14.

químicos, [...] diários, biografias, romances, estudos psicanalíticos, Psicologia da arte, releitura dos clássicos greco-romanos, o discurso mítico, Antropologia cultural, [...] ilustrações, [...] fotografias, [...] depoimentos orais, filmes mudos, sonoros e coloridos, [...] músicas, celebrações religiosas, discursos, trajes especiais e uma infinidade de outras mais.⁴⁹

É interessante notar como as décadas de 1960 e 1970 foram decisivas na história das ciências em geral. Foi justamente nesse meio que se iniciaram os estudos feministas e de gênero. Porém, antes de discorrer sobre o assunto é relevante apresentar o contexto histórico da arqueologia brasileira e os lugares e formas nas quais a pesquisa arqueológica está situada.

1.2 A história da arqueologia brasileira: de seus primórdios à atualidade

O desenvolvimento da arqueologia no Brasil, da maneira que se compreende a pesquisa arqueológica propriamente dita, só terá início no século XIX, e será realizada principalmente por mãos estrangeiras. Antes desse período, pontualmente era relatado o conhecimento de sítios arqueológicos e de objetos aparentemente pertencentes a um passado remoto. Isso ocorreu com alguns cronistas do descobrimento, principalmente jesuítas, bandeirantes e sertanistas.⁵⁰

Como mencionado anteriormente, a arqueologia brasileira (principalmente a amazônica) foi, durante muito tempo, feita majoritariamente por pesquisadores estrangeiros. Nos séculos XVIII e XIX, a vinda de naturalistas para o Brasil era constante, e se intensificou com a vinda da Corte portuguesa para o país. O trabalho realizado pelos naturalistas geralmente era o de coletar objetos e informações e enviá-los para os museus no exterior.⁵¹

A fundação dos museus Real (com a República foi rebatizado como Nacional) e Paulista auxiliaram na institucionalização da arqueologia no país:

O grande interesse de D. Pedro II pela antropologia contribuiu para a implantação das primeiras entidades oficiais destinadas a ter um papel relevante na arqueologia brasileira. O monarca enriqueceu o Museu Nacional, onde estão depositadas coleções de material europeu e africano de algumas das primeiras escavações pré-históricas realizadas no mundo (como a de Gorges d'Enfer). Logo depois da queda do Império, o Museu Paulista tornou-se o grande rival do Museu Nacional, enquanto Emílio Goeldi reorganizava o Museu Paraense, de

49 Ibidem, p.15.

50 BARRETO, Cristina. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. *Revista USP*. São Paulo, n. 44, dezembro/fevereiro 1999-2000, p. 35.

51 Ibidem, p.35.

Belém, do qual dependeria mais tarde a arqueologia amazônica.⁵²

O primeiro museu citado foi fundado em 1818, e pertencia à realeza brasileira. Atraiu desde o princípio muitos naturalistas estrangeiros que realizavam expedições e doavam para o museu parte do que encontravam. Hoje, possui diversas sessões, incluindo uma exclusivamente arqueológica e está ligado à Universidade Federal do Rio de Janeiro.⁵³ O Museu Paulista, hoje conhecido também como Museu do Ipiranga, inaugurado após o advento da República em 1895, possuía influência dos museus de história naturais europeus. Hoje possui um enorme acervo de objetos variados e documentação textual e faz parte da Universidade de São Paulo.⁵⁴

O Museu Paraense foi repaginado pelo zoólogo Emílio Goeldi em 1894. Hoje possui uma sessão própria de arqueologia e está vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia do Brasil.⁵⁵

Todos esses museus partilhavam de ideologias em comum, eram focados nas ciências naturais e a arqueologia quase nunca possuía uma sessão própria, além de sempre estarem pautados pelos olhares dos especialistas estrangeiros.⁵⁶

Nesse momento da história, a arqueologia estava ligada à antropologia e aos museus, o que irá mudar com as políticas preservacionistas que viriam na década de 1930. Em 1936 será fundado o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), posteriormente chamado de IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), e será criada uma lei de preservação do patrimônio histórico⁵⁷. Se no século XIX e início do XX a arqueologia estava mais próxima da antropologia, neste momento se aproximará da história. Esse preservacionismo estava diretamente ligado à política do Estado Novo e às demandas posteriores à Semana de Arte Moderna de 1922, que eram justamente a valorização do que era original do Brasil.⁵⁸ É notável a quantidade de escavações realizadas entre 1870 e 1950, antes mesmo do desenvolvimento de uma pesquisa acadêmica e moderna no país.⁵⁹

Na década de 1950, a arqueologia começa a se atrelar à academia (sem perder o viés

52 PROUS, André. **Arqueologia brasileira**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1992. p.7.

53 Ver: www.museunacional.ufrj.br. Acesso em 05/04/2013.

54 Ver <http://www.mp.usp.br>. Acesso em 05/04/2013.

55 Ver <http://www.museu-goeldi.br>. Acesso em 05/04/2013.

56 BARRETO, Cristina. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. **Revista USP**. São Paulo, n. 44, dezembro/fevereiro 1999-2000. p. 37-39.

57 Ver SALADINO, Alejandra. **Prospecções na arqueologia brasileira: processos de resignificação e práticas de preservação do patrimônio arqueológico**. Trabalho apresentado na 26ª Reunião de Antropologia, realizada entre os dias 1 e 4 de junho de 2008, Porto Seguro, Bahia, Brasil.

58 BARRETO, Cristina. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. **Revista USP**. São Paulo, n. 44, dezembro/fevereiro 1999-2000. p. 40.

59 Ver PROUS, André. **Arqueologia brasileira**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1992.p.7-11.

preservacionista), característica central na realização da pesquisa arqueológica da atualidade, com a criação da *Comissão de Pré-história* na USP e o *Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas* na Universidade Federal do Paraná. Apesar da criação desses centros, a arqueologia não deixou as mãos de pesquisadores estrangeiros, mesmo dentro do meio acadêmico. A importação de profissionais europeus, principalmente franceses, e norte-americanos para lecionarem nas universidades brasileiras era uma realidade muito comum nesse contexto.⁶⁰

Na década de 1960, o Brasil se encontra em meio a um regime militar, que infelizmente reduz muito as possibilidades de pesquisa nas áreas das ciências humanas, devido aos possíveis caracteres ideológicos nesses estudos. Apesar disso, o período é de intensa produção, especialmente de arqueólogos estrangeiros em regiões como a Amazônia. Sobre essas incursões, há uma série de problematizações:

Estes primeiros arqueólogos acadêmicos formados no Brasil foram logo acompanhados por uma nova leva, resultado da incursão, pós-golpe militar de 1964, de Betty Meggers e Clifford Evans e a constituição de um programa nacional de pesquisas arqueológicas (PRONAPA). Não seria o caso, nesta ocasião, de retomar as discussões sobre o imbricamento do esquema pronapiano com o regime de força (cf. Funari 1995; Funari 1998), mas de ressaltar o tipo de formação arqueológica que estava sendo introduzido no país. Os clássicos da literatura arqueológica norte-americana não eram conhecidos, assim como os desenvolvimentos mais recentes. Walter W. Taylor (1948: 44) e sua busca da autonomia da Arqueologia havia sido ignorado, como tinha sido o apelo, então recente, de Binford (1962), em direção a uma Arqueologia processual. Prevalencia, na formação desses arqueólogos, a constatação devastadora de Binford (1984: 15) de que o “arqueólogo de campo escavador fica a discutir o teor alcoólico da pinga nos bares das redondezas” (cf. Funari 1987), o que foi interpretado pelos seus epígonos como treinamento orgânico, fomentador de centros de pesquisa, um período de ouro da Arqueologia nacional (e.g. Schmitz 1989: 47; Dias 1995: 35; Lima 1998: 25). A formação intelectual propugnada pela equipe de Meggers não bebia do imenso manancial americano, que poderia ter aberto os horizontes daqueles que seriam considerados, às expensas dos arqueólogos formados pelos franceses, os fundadores da Arqueologia universitária nacional. Os resultados dessa formação foram muitos, da falta de autocrítica (Prous 1994:11) à despreocupação com publicações (Neves 1998: 628), da ausência de corpora (cf. Wheeler 1956: 211) à execução de levantamentos oportunistas e escavações injustificadas, sem planejamento (Neves 1988: 204).⁶¹

60 BARRETO, Cristina. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. *Revista USP*. São Paulo, n. 44, dezembro/fevereiro 1999-2000. p. 41.

61 FUNARI, P.P.A. *Como se tornar arqueólogo no Brasil*. *Revista USP*, 44, 74-85, 2000. p. 76.

Como apontado, o PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas) exerceu forte influência sobre a arqueologia da época ao realizar milhares de escavações em todo o Brasil. Em 1965 o projeto nasceu em parceria com o Museu Paraense Emílio Goeldi, com o IPHAN, com a Smithsonian Institution de Betty Meggers e com outros arqueólogos em quase todos os estados brasileiros. Durou 5 anos e seu maior objetivo era traçar um esquema geral da pré-história e culturas brasileiras. Porém não foi adotado em instituições como o Museu Nacional, o Museu Paulista, o Instituto de Pré-história da USP e o Museu de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Essas instituições mantiveram uma postura crítica em relação às abordagens e métodos da equipe de Meggers.⁶²

A partir dos anos 1980, a situação da arqueologia brasileira irá mudar, se expandindo para outras instituições, como por exemplo a Sociedade de Arqueologia Brasileira, e para novas abordagens. A SAB foi criada em função de uma demanda específica que é a preocupação com o futuro da arqueologia e dos profissionais arqueólogos⁶³ no Brasil. Foi fruto de reuniões entre arqueólogos nas *Jornadas Brasileiras de Arqueologia* que ocorreram na década de 1970. Seus fundadores são profissionais de diversas instituições acadêmicas, dentre elas USP, UFRJ e a Universidade Estácio de Sá (que possuía um curso de graduação em arqueologia que nunca foi reconhecido pelo MEC). Hoje há um apelo para que mais arqueólogos, pesquisadores e estudantes de áreas afins se filiem à SAB, para fortalecer o movimento e garantir ainda mais legitimidade à profissão. A instituição visa:

Assegurar comunicação rápida eficiente e horizontal entre seus associados e as instituições em geral, fomentar as discussões e decisões de interesse para a área, participar ativamente do processo político-profissional, assegurar a circulação de toda a produção científica ou de qualquer natureza ligada à área; acompanhar atentamente a formação dos profissionais e a conformação tomada pelo seu campo de atuação, inclusive no que se refere a disponibilização de recursos e mercado de trabalho; participar na esfera administrativa e política das questões nacionais relacionadas aos objetos de seu interesse; interagir com outras instituições congêneres, seriam alguns dos papéis a serem assegurados pela SAB.⁶⁴

62 PROUS, André. **Arqueologia brasileira**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1992. p. 15-16.

63 A profissão de arqueólogo ainda não foi regulamentada, desde 2007 há um projeto de lei (PL 912/2007) para mudar essa situação. Apesar disso, a última ação do projeto na câmara foi sua retirada do ponto de pauta em 2012. Ver: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=349693> Acesso em 05/04/2013. Ao contrário dos trâmites com a regulamentação da profissão de historiador, que avança cada dia mais e cujo projeto (PLS 368/09) já foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais em agosto de 2012.

64 SOUZA, S. M. F. Medonça. GASPARG, Maria Dulce. **A Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB: perspectivas da maioria**. Anais do IX Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Rio de Janeiro, agosto de 2000, CD-ROM.

A comunidade arqueológica torna-se então mais autocrítica com suas produções científicas, sentindo um maior compromisso com a realização das pesquisas e divulgação dos resultados. Outro campo em expansão é a chamada arqueologia de contrato⁶⁵ (na maioria das vezes não associado à academia), visto que, para a realização de grandes obras, é necessária uma análise do impacto ambiental, o que compreende uma prospecção em vários níveis, inclusive o arqueológico.⁶⁶ A possibilidade de altos ganhos como arqueólogo de contrato tem atraído muitas pessoas para a profissão. Mas esse tipo de pesquisa apresenta uma série de problemas, principalmente pelo tempo de trabalho ser limitado e pela ausência de destino de muitos dos materiais arqueológicos coletados.

Atualmente são vários os espaços ocupados pela arqueologia brasileira, que vão desde cursos de graduação até empresas privadas. Os cursos de graduação são poucos, recentes e geralmente estão em universidades próximas a grandes sítios arqueológicos: PUC de Goiás; UFPE em Pernambuco; UFPI e Univasf no Piauí; UFS em Sergipe; UNIR em Rondônia; UEA no Amazonas; UFPel e FURG no Rio Grande do Sul; UFOPA no Pará. Os cursos de pós-graduação e doutorado se encontram nas seguintes universidades: no Museu Nacional (UFRJ) no Rio de Janeiro, no MAE (USP) e UNISA em São Paulo, na UFPE em Pernambuco, na UFMG em Minas Gerais, na UFS em Sergipe; e na UFPI no Piauí. O número de periódicos e revistas acadêmicas também é significativo, sendo os principais: a revista de Arqueologia da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB); a revista do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) da USP; e a Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da UFPR. É evidente que a arqueologia brasileira está em expansão nas universidades e na iniciativa privada, o que reflete o trabalho de centenas de profissionais que se empenham para que a pesquisa arqueológica e a preservação patrimonial não sejam negligenciadas no país.

Pode-se afirmar que a arqueologia no país hoje é 99% preventiva e preservacionista. Isso se reflete nas ementas dos cursos de graduação e em seus respectivos projetos políticos

65 A arqueologia de contrato vem de encontro às leis de impacto ambiental, que exigem que diversas pesquisas sejam realizadas antes de grandes obras. Essa análise é feita geralmente por empresas privadas de consultoria ambiental e contam com profissionais de várias áreas como: biólogos, geólogos, antropólogos, engenheiros ambientais, arqueólogos, etc. Sobre a arqueologia de contrato discorre Cristina Barreto: “[...] Praticada como um serviço contratual prestado por arqueólogos a firmas privadas ou governamentais, desenvolve-se em geral dentro de um contexto maior de levantamentos de impacto ambiental e salvamentos de patrimônios ameaçados por construções diversas. Apesar de a legislação existente desde os anos 1950 obrigar tais estudos e salvamentos a serem realizados, esta prática, inicialmente denominada de arqueologia de salvamento, iniciou-se no Brasil apenas nos anos 1970. Nas duas últimas décadas, com um *boom* de obras de desenvolvimento como usinas hidroelétricas, gasodutos e complexos viários de grande porte, este tipo de pesquisa tem se intensificado de forma mais padronizada e sistemática, com a inclusão da arqueologia nos obrigatórios “Estudos de Impacto Ambiental” (EIAs), e “Relatórios de Impacto ao Meio Ambiente” (Rimas).” BARRETO, Cristina. **A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil**. Revista USP, n. 44. São Paulo: dezembro/fevereiro 1999-2000. p. 47.

66 Ibidem. p. 47.

pedagógicos. Por exemplo, nos dois cursos existentes no estado do Piauí, na Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) e na Universidade Federal do Piauí (UFPI). O primeiro começou a funcionar em 2004 e o segundo, em 2006. Em seus Projetos Políticos Pedagógicos é recorrente o discurso de que as graduações foram criadas a partir de uma demanda da região, que é rica em sítios arqueológicos, e possui poucos profissionais para dar conta da exploração em toda a área. Além disso, carregam em suas ementas e em seus próprios nomes⁶⁷ uma preocupação com a preservação do patrimônio arqueológico, principalmente em relação à arte rupestre.

Outro aspecto em que os dois projetos pedagógicos se encaixam é no tipo de pesquisador/arqueólogo que os cursos pretendem formar, a maior diferença é que a UFPI foca mais na conservação da arte rupestre. No caso da UNIVASF o profissional arqueólogo a ser formado:

[...] será capaz de atuar em ensino, pesquisa e extensão, podendo prosseguir seus estudos de pós-graduação. Sua formação o habilitará a trabalhar em assessorias e consultorias para as entidades públicas e privadas inerentes ao patrimônio cultural e natural, em proceder à coleta de objetos arqueológicos em áreas onde serão realizadas grandes obras, como estradas e hidrelétricas. Poderão atuar como profissionais liberais em empresas prestadoras de serviços especializadas em elaboração, manutenção e supervisão de projetos arqueológicos, culturais ou de preservação de recursos patrimoniais. Os arqueólogos estão habilitados também para realizar vistorias arqueológicas, estudos de impacto ambiental e relatórios de impacto ao meio ambiente.⁶⁸

O curso da UFPE, criado em 2008, também possui objetivos e uma grade curricular semelhante ao das graduações piauienses. O curso da Universidade Estadual do Amazonas (UEA), também do mesmo ano, difere um pouco dos demais por se tratar de uma formação de tecnólogo em arqueologia. Seu foco é, portanto, nos aspectos mais práticos da profissão. Outro curso inaugurado no ano de 2008 é o da FURG e possui uma linha de pesquisa um pouco diversa da dos outros, por se pautar na Arqueologia das Sociedades Pré-Coloniais Americanas e na Arqueologia do Capitalismo. Infelizmente não há informações suficientes disponíveis sobre os demais cursos de graduação em arqueologia.

Como explicitado, a formação dos arqueólogos brasileiros remete principalmente ao trabalho com o meio acadêmico ou com a arqueologia de contrato. As relações entre esses

67 Na UNIVASF a graduação se intitula como bacharelado em *Arqueologia e Preservação Patrimonial* e na UFPI bacharelado em *Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre*.

68 BRASIL. Universidade Federal do Vale do São Francisco. **Projeto Pedagógico do curso de bacharelado em Arqueologia e Preservação Patrimonial**. Petrolina, 2008. p. 11.

dois tipos de arqueologia é de difícil visualização, uma vez que a maior parte das empresas de consultoria ambiental são privadas e sem ligações com a academia.

Após essa explanação sobre a arqueologia brasileira, é interessante pensar sobre quais são os contextos e lugares nos quais a arqueologia de gênero se insere no Brasil. De fato, a existência de poucas décadas da arqueologia de gênero no mundo contribui para a escassez de trabalhos nessa perspectiva no país. São poucas as pessoas que se aventuram a estudar a temática de gênero num meio marcadamente androcêntrico como a arqueologia. O próximo capítulo tratará das complexidades das teorias de gênero, sobre as relações dessas com a arqueologia; da arqueologia com o feminismo; da arqueologia de gênero com a arqueologia feminista; da história das mulheres e de gênero em comparação com a arqueologia de gênero.

Capítulo 2: Arqueologia de gênero

2.1 Feminismos e estudos de gênero: diálogos com a história e a arqueologia

Se toda a teoria apresentada anteriormente parece densa, complexa e muitas vezes abstrata, com as teorias feministas e de gênero as coisas se agravam ainda mais. Abaixo serão apresentados brevemente os modos pelos quais os movimentos feministas desenvolveram-se, em especial na Europa (França) e Estados Unidos, em relação às suas teorias e indagações. E como essas pautas foram incluídas nas ciências humanas, principalmente na história e sociologia.

Não cabe no momento discorrer acerca da exclusão da mulher dos meios intelectuais, científicos e políticos, pois este trabalho tem como foco o momento em que há uma reação contra essa exclusão e uma tentativa constante de inserção e participação em locais que eram majoritariamente masculinos. Porém, é perceptível que a escrita da história e que a produção no meio arqueológico tiveram um longo período de atividade masculina.

No final do século XIX e começo do XX, alguns grupos de mulheres começam a se mobilizar, seja dentro dos movimentos operários ou não, com intenção de obterem direitos, como o voto e melhores condições trabalhistas. Nota-se que o movimento feminista inicialmente tem um caráter burguês (ou de classe média) e branco heterossexual. Antes desse período, somente algumas pessoas tinham colocado em pauta as questões relativas à situação das mulheres, como por exemplo, Olympe de Gouges, durante a Revolução Francesa, com sua obra panfletária.⁶⁹

Como aponta a historiadora Michelle Perrot, no início do século XX a mulher irá experimentar certa liberdade e autonomia, devido ao fato dos homens estarem ocupados com as duas grandes guerras. Nesse tempo, as ideias de libertação do corpo começarão a aparecer, principalmente no mundo da moda, com o uso dos cabelos curtos e de um visual andrógino por parte das mulheres.⁷⁰

A primeira “onda” feminista terá uma duração que remete aos primeiros movimentos sufragistas (século XVIII) e socialistas até as décadas de 1950/60. É caracterizada pelas lutas

⁶⁹ PAGNOSSI, Nádia Carrasco. Novas abordagens no ensino da Revolução Francesa: inserção das temáticas de racismo e gênero por meio da obra de Olympe de Gouges. In: FILHO, Guimes Rodrigues (org.). **Formação inicial, história e cultura africana e afro-brasileira: desafios e perspectivas na implementação da Lei Federal 10.639/2003**. Uberlândia: Editora Gráfica Lops, 2012, p. 32.

⁷⁰ PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2007. p.59-61.

nas ruas, por uma militância ativa, muitas vezes relacionada com movimentos de esquerda. No final da década de 1940, Simone de Beauvoir escreverá a obra *O segundo sexo*, que irá orientar a maioria das teorias feministas e de gênero que aparecerão posteriormente. A célebre frase, contida no livro, *O segundo sexo*: “não se nasce mulher, torna-se mulher”, será o maior pressuposto das teorias de gênero até a atualidade.

Com a segunda “onda” feminista (1960-70), começam os chamados “estudos de gênero”, e uma teoria realmente feminista surgirá. O feminismo desse período irá se dividir em duas frentes:

A segunda fase do feminismo (segunda geração ou segunda onda) ressurgiu nas décadas de 1960 e 1970, em especial nos Estados Unidos e na França. As feministas americanas enfatizavam a denúncia da opressão masculina e a busca da igualdade, enquanto as francesas postulavam a necessidade de serem valorizadas as diferenças entre homens e mulheres, dando visibilidade, principalmente, à especificidade da experiência feminina, geralmente negligenciada. As propostas feministas que caracterizam determinadas posições, por enfatizarem a igualdade, são conhecidas como “o feminismo da igualdade”, enquanto as que destacam as diferenças e a alteridade são conhecidas como “o feminismo da diferença”. Para Scott⁷¹ (2005), a questão da igualdade e da diferença deve ser concebida em termos de paradoxo, ou seja, em termos de uma proposição que não pode ser resolvida, mas apenas negociada, pois é verdadeira e falsa ao mesmo tempo.⁷²

Essa divisão em duas frentes abrirá campo para várias abordagens dentro do feminismo. O primeiro pesquisador a utilizar o termo “gênero” foi o psicanalista Robert Stoller⁷³, por volta de 1963, por conta de um trabalho que fazia com intersexuais e transexuais na Universidade da Califórnia. A primeira significação que o termo recebe é o de oposto ao sexo, em que gênero seria igual a um construto cultural, portanto, mutável, e que sexo seria algo natural, biológico, portanto, imutável. Essa noção passou a ser criticada e reformulada por teóricas feministas posteriores.

É importante frisar que as teóricas feministas utilizam da interdisciplinaridade para formular suas pesquisas. É constante a aproximação do feminismo com teorias marxistas e

71 Joan Wallach Scott é uma historiadora estadunidense assumidamente pós-estruturalista que revolucionou o modo de se entender gênero e história, com seu artigo clássico *Gênero, uma categoria útil de análise histórica*. Continua trabalhando com história e gênero e é professora na Universidade de Princeton. Ver: <http://www.sss.ias.edu/faculty/scott> Acesso em 07/04/2012.

72 NARVAZ, Marta; KOLLER, Silvia Helena. **Metodologias feministas e Estudos de Gênero: articulando pesquisa, clínica e política**. *Psicologia em Estudo*, vol. 11, nº 3, Maringá, 2006, pp.647-654. p. 649.

73 Robert Stoller foi psicanalista e professor na Universidade da Califórnia e trabalhou com pessoas transexuais e intersexuais.

neomarxistas, lacanianas ou freudianas, pós-estruturalistas, pós-modernas, entre outras. As feministas não têm problemas em teorizar com base em autores que não são feministas.⁷⁴

A antropóloga Gayle Rubin⁷⁵, em 1975, começará a teorizar acerca do sistema sexo/gênero, como possível de ser mudado pela atuação política, e será pioneira em estudos da sexualidade. Ela e outras feministas de seu período acreditavam que a heterossexualidade obrigatória era um elemento central na opressão das mulheres. As “origens” da opressão feminina serão temáticas frequentes da segunda “onda” feminista. Outra característica importante foi o aparecimento do chamado “feminismo radical”, que propunha um rechaço total ao sistema patriarcal e androcêntrico, e muitas vezes via o homem como um inimigo. Felizmente, essa tendência não foi adotada majoritariamente pelas feministas e hoje encontra poucas adeptas.

A crítica feminista à ciência enxergou que esta nasceu pautada em pressupostos machistas e androcêntricos, sem considerar a experiência feminina (e às vezes nem a presença) na história. As feministas acadêmicas irão se deparar com todo um sistema científico masculino, e, por isso, muitas delas irão se indagar sobre a necessidade de se romper com o academicismo tradicional e formular um novo sistema, pautado no feminismo. Uma linha contrária a esse rompimento argumentava em favor da apropriação dos espaços masculinos para a militância, seguindo os moldes já vigentes. Em geral, parece que a metodologia mais adotada foi a segunda, na qual os estudos de gênero cresceram significativamente.⁷⁶

A escolha da segunda opção se deve primeiramente ao fato de ser impossível alcançar um consenso dentro dos movimentos feministas e de mudar radicalmente a ciência. Apesar disso, o feminismo acadêmico foi capaz de levantar críticas relevantes ao sistema científico:

El feminismo demostró que las preguntas que la ciencia plantea no son inocentes; tanto las preguntas como sus respuestas han sido

74 Ver: HARAWAY, Donna. ‘Gênero’ para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. Cadernos Pagu, n.22. Campinas: Unicamp, 2004.

75 “Gayle Rubin é uma antropóloga que escreveu grande número de artigos muito influentes, entre os quais “The Traffic in Women: Notes on the ‘Political Economy’ of Sex”, “Thinking Sex”, “The Leather Menace” e “Misguided, Dangerous and Wrong: An Analysis of Anti-Pornography Politics”. [...] “Rubin é militante do movimento feminista desde o final da década de 1960, e teve intensa atuação na política gay e lésbica por mais de duas décadas. Ela foi uma crítica apaixonada do movimento contra a pornografia e da agressão às minorias sexuais. Seu trabalho apresentou uma série de sugestões metodológicas para os estudos do feminismo e do homossexualismo masculino que estabeleceram algumas balizas no processo de desenvolvimento de ambos os campos de estudo.” BUTLER, Judith e RUBIN, Gayle. **Tráfico sexual – entrevista**. cadernos pagu (21), Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, 2003, p.157. Atualmente Rubin é professora associada da Universidade de Michigan.

76 BERROCAL, María Cruz. **Feminismo, teoría y práctica de una arqueología científica**. Trabajos de Prehistora, 66, nº 2, Madrid, 2009.

exclusivamente las que han producido los hombres blancos occidentales de clase media-alta en función de sus intereses propios (Harding 1987: 6 y ss.; Hartsock 1986, 1987) Las teóricas del “punto de vista feminista” (*feminist standpoint*) (N. Hartsock, S. Harding, entre otras) propusieron que las experiencias de las mujeres, comprometidas en la lucha política por la igualdad, deben reconfigurar la epistemología tradicional (Harding 1986, 1987: 185 y ss.; Hartsock 1987), porque la ciencia se hace por alguien, por algo y para algo. Las experiencias de las mujeres como sujetos oprimidos crean la necesidad de cuestionar la ciencia, pero ello no significa que un punto de vista feminista sea natural o exclusivo de las mujeres. Un punto de vista feminista no se tiene; se construye (Harding 1987: 185).⁷⁷

Antes da apresentação da terceira “onda” feminista, que começou nos anos 1980, cabe lembrar que a maioria das teorias feministas coexiste até a atualidade, já que poucas delas deixaram de existir dentro do movimento. O que ocorreu foi uma ampliação dessas teorias e de seus significados. Mas, em geral, a maioria dos feminismos visa à igualdade de direitos e oportunidades para todos os seres humanos, dando visibilidade primeiramente ao sujeito mulher, que foi historicamente marginalizado.

A terceira “onda” feminista é responsável por discussões mais intensas em relação ao conceito de gênero, e por uma abertura para a influência das teorias pós-estruturalistas e pós-modernistas. A influência dos estudos de Foucault referentes à sexualidade e ao corpo será significativa entre muitas teóricas (como Rubin, Scott e Butler), possibilitando uma enorme abertura para outras formas de trabalho. Há quem considere que essa “onda” dura até a atualidade; outros pesquisadores apostam na existência de uma quarta “onda”, que tem início no século XXI (chamado também de pós-feminismo). É preferível adotar somente as três principais “ondas”, já que as demandas e discussões da última ainda continuam atuais.

São notáveis os trabalhos das teóricas feministas Joan W. Scott e Judith Butler⁷⁸ acerca dos conceitos de gênero. A primeira parte de um viés mais histórico, classificando “gênero” como uma categoria útil de análise histórica imbricada por relações de poder, assim como raça, classe social e etnia:

Quando falo de gênero, quero referir-me ao discurso da diferença dos sexos. Ele não se refere apenas às ideias, mas também às instituições, às estruturas, às práticas quotidianas, como também aos rituais e a tudo que constitui as relações sociais. O discurso é um instrumento de

⁷⁷ Ibidem, p. 32.

⁷⁸ Judith Butler é uma filósofa estadunidense que, assim como Scott, também revolucionou as teorias de gênero, especialmente com sua obra *Problemas de gênero* de 1990. Butler é referência dentro da teoria queer, por trabalhar com o conceito de performatividade, que seria o modo como vivenciamos o sexo e o gênero e o transformamos em uma espécie de performance. Atualmente Butler é professora na Universidade da Califórnia.

ordenação do mundo, e mesmo não sendo anterior à organização social, ele é inseparável desta. Portanto, o gênero é a organização social da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primeira, mas ele constrói o sentido dessa realidade. A diferença sexual não é a causa originária da qual a organização social poderia derivar.⁷⁹

Butler, por outro lado, com seu viés filosófico, argumenta que não há como diferenciar muito bem sexo e gênero visto que um está imbricado no outro, os dois são construtos sociais e culturais. Ela não nega o biológico, porém diz que sempre existiram discursos sobre os corpos que conduzem a uma pré-determinação de sexo e gênero.

Levando-se em consideração que o gênero e o sexo são construtos sociais, é complicado classificar as pessoas em seres masculinos ou femininos, em homens e mulheres. As definições binárias e fixas foram recusadas pelo feminismo⁸⁰. Por algum tempo os trabalhos de gênero significaram estudos sobre as mulheres. Hoje os estudos de gênero se ampliaram para outras possibilidades: masculinidades, lesbianismo, homossexualidade, transexualidade, assexualidade. As teorias de gênero ligadas às demandas LGBT foram chamadas de teorias “queer”.⁸¹ Como aconteceu com a história e a arqueologia, os estudos

79 GROSSI, Miriam; HEILBORN, Maria Luiza e RIAL, Carmen. Entrevista com Joan Wallach Scott. In **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, IFCS/UFRRJ, VOL6. N.1/98, pp. 114- 124. p. 115.

80 Como apontando anteriormente, várias correntes feministas coexistem na atualidade e entre elas há algumas que ainda trabalham com o binarismo de gênero por considerarem que na maioria da sociedade ocidental essa característica é predominante.

81 Os movimentos LGBT dizem respeito à demanda por direitos para as pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transexuais. O termo “queer” significa *estranho* em inglês. Geralmente era utilizado como um insulto para designar pessoas que não estivessem nos padrões heteronormativos e binários de gênero (homem e mulher cis heterossexuais). “Num exercício de síntese, pode dizer-se que a teoria queer parte de cinco ideias centrais. Em primeiro lugar, as identidades são sempre múltiplas, compostas por um número infinito de “componentes de identidade” – classe, orientação sexual, gênero, idade, nacionalidade, etnia, etc. – que podem articular-se de inúmeras formas. Em segundo lugar, qualquer identidade construída – como, de resto, todas são – é arbitrária, instável e excludente, uma vez que implica o silenciamento de outras experiências de vida. Na verdade, a afirmação de uma identidade, em vez de constituir um processo de libertação, obedece a imperativos estruturais de disciplina e regulação que visam confinar comportamentos individuais, marginalizando outras formas de apresentar o “eu”, o corpo, as ações e as relações entre as pessoas. Seidman formula este pressuposto quando afirma que as identidades são, em parte, “formas de controlo social, uma vez que distinguem populações normais e desviantes, reprimem a diferença e impõem avaliações normalizantes relativamente aos desejos” (Seidman, 1996: 20). Em terceiro lugar, ao invés de defender o abandono total da identidade enquanto categoria política, a teoria queer propõe que reconheçamos o seu significado permanentemente aberto, fluído e passível de contestação, abordagem que visa encorajar o surgimento de diferenças e a construção de uma cultura onde a diversidade é acolhida. Portanto, o papel individual – como forma de capacitação – e colectivo – em termos políticos, jurídicos e de reconhecimento social – que a identidade pode desempenhar não é rejeitado. Em quarto lugar, a teoria queer postula que a teoria ou política de homossexualidade centrada no “homossexual” reforça a dicotomia hetero/homo, fortalecendo o actual regime sexual que estrutura e condiciona as relações sociais ocidentais. Neste sentido, a teoria queer visa desafiar tal regime sexual enquanto sistema de conhecimentos que coloca as categorias heterossexual e homossexual como pedras angulares das identidades sexuais. De facto, a teoria queer considera a hetero e a homossexualidade como “categorias de conhecimento, uma linguagem que estrutura aquilo que conhecemos sobre corpos, desejos, sexualidades e identidades” (Seidman, 1996: 12-13). Por fim, a teoria queer apresenta-se enquanto proposta de teorização geral sobre a “sexualização de corpos, desejos,

feministas começaram também a abordar as minorias raciais relacionadas às temáticas de gênero. Cabe lembrar que o feminismo negro norte-americano, representado principalmente por bell hooks⁸², difere do feminismo branco, que difere do feminismo islâmico, indígena, etc.

Um dos problemas que as feministas veem nos estudos de gênero é que muitas vezes o termo ficou destituído de sentido, um termo neutro, para se fugir da denominação de feminista, por exemplo. Nem todo mundo que faz história ou arqueologia de gênero se intitula como feminista, com medo dos pré-julgamentos que possa receber, ou por simplesmente não estar engajado no movimento. Além disso, outro desafio que os estudos de gênero impuseram ao feminismo é seu caráter muito filosófico e pouco prático na militância, lamentado por muitas organizações de mulheres. Esses são somente alguns dos desafios que os feminismos atuais enfrentam, dentre muitos outros.

Dentro da história, as demandas feministas e os estudos de gênero tiveram início por volta dos anos 1970, e vêm crescendo consideravelmente. No Brasil, é representado por acadêmicas como Margareth Rago (*Os Prazeres da Noite: Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930; Feminismo e Anarquismo no Brasil: Audácia de Sonhar*) e Mary del Priore (*História das mulheres no Brasil; Ao sul do corpo*). Na França e Estados Unidos, por Michelle Perrot (*Minha história das mulheres; As mulheres ou os silêncios da história*) e Joan Scott (*Gender and the Politics of History; The Fantasy of Feminist History*). Elas se esforçam na tentativa de resgatar os sujeitos históricos excluídos da história, especialmente as mulheres. Na arqueologia, as demandas feministas terão início a partir da terceira “onda”, na década de 1980.

2.2 Arqueologia de gênero

Há uma série de divergências quanto às origens da arqueologia de gênero e se esta seria ou não fruto de uma demanda pós-processual. Em geral, sabe-se que ela nasce a partir da crítica feminista à arqueologia na década de 1980. Essa crítica se debruça sobre diversos aspectos da arqueologia, demonstrando que as relações de gênero são uma parte crucial de

ações, identidades, relações sociais, conhecimentos, cultura e instituições sociais” (Seidman, 1996: 13), cruzando muitos campos de saber.” (SANTOS, 2006: 8) Ver: SANTOS, Ana Cristina Santos. **Estudos queer: Identidades, contextos e ação colectiva**. Revista Crítica de Ciências Sociais [Online], 76| 2006, posto online no dia 01 outubro 2012. URL: <http://rccs.revues.org/813>.

82 bell hooks é uma feminista negra estadunidense que é ativista principalmente dentro do feminismo negro, mas crê, como o próprio título de seu livro, que o feminismo é para todos (*Feminism is for everybody*). O nome bell hooks é na verdade uma homenagem aos sobrenomes da mãe e da avó, e ela se recusa a escrevê-los com letra maiúscula, pois acredita que o mais importante é o que ela escreve e não quem ela é.

qualquer teoria social.⁸³ As críticas feministas à arqueologia vão desde os âmbitos referentes ao ofício dos arqueólogos, até a natureza e teorias próprias da disciplina. Cabe lembrar que as críticas feministas à ciência se encaixam tranquilamente no contexto arqueológico.

Um dos primeiros pontos criticados na arqueologia diz respeito à visibilidade feminina e de gênero na pesquisa arqueológica. Quando levadas em conta, as atividades das mulheres são sempre interpretadas como secundárias e inferiorizadas, além da naturalização e generalização de determinadas tarefas⁸⁴, como são atribuídas as funções de coleta às mulheres e a de caça aos homens, sendo esta última considerada superior ou a maior das fontes de subsistência. Muitos dos trabalhos iniciais da arqueologia de gênero se esforçaram para desmistificar tais ideias.⁸⁵ Outro desvio comum da arqueologia, alvo da crítica feminista, foi o de considerar os papéis, divisões de tarefas entre os sexos e maneiras de vivenciar o gênero como algo estável, imutável, comum à maioria das sociedades, incorrendo, assim, em anacronismos diversos, já que nem sempre é possível comparar uma comunidade indígena da época colonial com uma pré-histórica, por exemplo.⁸⁶

O modo no qual a arqueologia aparece na imprensa e as próprias ilustrações dos livros mostraram um viés androcêntrico:

Algunos de los análisis realizados sobre el sesgo androcéntrico bajo la óptica de la arqueología del género se centran precisamente en el tema de las ilustraciones. Además de la frecuente ausencia de mujeres en las mismas que ya he comentado más arriba, cuando éstas se incluyen se las coloca en una disposición secundaria en relación al hombre, bien por su posición en un segundo plano, o porque no miran a la audiencia directamente (como sí que lo suele hacer el personaje masculino central), porque su talante se muestra sumiso o porque se hallan en actitud pasiva o realizando tareas consideradas femeninas y/o secundarias.⁸⁷

83 MARTÍ, Ruth Falcó. **La arqueología del género: espacios de mujeres, mujeres con espacio**. Centro de estudios sobre la mujer. Cuadernos de trabajo de investigación. Universidad de Alicante: 2003. p. 44.

84 Sobre a divisão de tarefas e de trabalho nas sociedades humanas ver: DÍAZ-ANDREU, Margarita. **Género y arqueología: una nueva síntesis**. Arqueología y Género. Universidad de Granada, 2005. p. 20-21.

Nem sempre a divisão de trabalho ocorre conforme uma divisão sexual, já que há tarefas que são realizadas por todo o grupo, bem como algumas tarefas são restritas a determinadas faixas etárias ou situações nas quais um indivíduo se encontra. Outro aspecto a ser considerado é o de que divisão não significa necessariamente hierarquia.

85 “Os primeiros estudos da arqueologia de gênero visavam a criar estruturas interculturais para examinarem o gênero, como o método de diferenciação de tarefas de Janet Spector, que buscava identificar amplas correlações de artefatos para cada gênero, baseado em modelos etnográficos [...] Anne Yentsch, por exemplo, criticou os padrões de análise dos artefatos na arqueologia histórica dos Estados Unidos, que qualificava artefatos principalmente de acordo com a descrição de tais materiais, e propôs uma alternativa baseada nas funções dos artefatos correlacionados às atividades masculinas e femininas.” (tradução livre da autora) GILCHRIST, Roberta. **Gender and archaeology: Contesting the past**. London and New York: 1999. p.29.

86 WYLIE, Alison. **The Engendering of Archaeology Refiguring Feminist Science Studies**. The History of Science Society. In: Osiris: v.12, 1997. p.81-83.

87 DÍAZ-ANDREU, Margarita. **Género y arqueología: una nueva síntesis**. Arqueología y Género. Universidad

Os preconceitos, segregações, dificuldades das arqueólogas nos trabalhos de campo também foram alvo do olhar crítico feminista. A quantidade de arqueólogas nos trabalhos de campo era consideravelmente menor do que a de homens. E o foco das pesquisas era diferente. Notou-se que eram raras as mulheres que trabalhavam com análises líticas referentes a atividades atribuídas ao mundo masculino, como a caça. A maioria das produções acadêmicas era masculina e se referia a um sujeito masculino universal, inclusive na adoção do termo “homem” para designar os seres humanos.⁸⁸

Essas críticas iniciaram um debate entre arqueólogas que começaram a aderir ao feminismo em suas pesquisas. Em 1988, as arqueólogas (que foram as grandes críticas do machismo na arqueologia) Margaret Conkey e Joan Gero organizaram um congresso, que se intitulou “The Archaeology of Gender”, no qual se debateu principalmente a teoria arqueológica e o papel da mulher na pré-história. O resultado desse congresso foi o livro *Engendering Archaeology: Women and Prehistory*:

[...] un libro muy influyente en la arqueología feminista, que atacaba tres frentes principales: el sesgo machista de la investigación arqueológica en todos sus aspectos, la falta de materialización de las mujeres y su participación social en el pasado, y los supuestos no reflexivos sobre el género y la diferencia.⁸⁹

É evidente que toda essa crítica balançou as estruturas da arqueologia, e as propostas da arqueologia de gênero foram recebidas de maneiras diversas pela comunidade arqueológica. Obviamente que a ala mais tradicional não adotou as posturas feministas e prontamente preparou uma resposta. A maior aceitação veio da recém-criada (e também responsável por criticar os pressupostos políticos arqueológicos) arqueologia pós-processual. Nos primórdios de sua existência, a arqueologia de gênero também foi criticada internamente:

To what extent has the discipline of archaeology been receptive to this feminist perspective? Up to the late 1980s, commentaries on archaeological thought failed to credit a feminist contribution (Trigger 1989), or considered it under-developed (Shanks and Tilley 1987b: 191). A minority dismissed gender and feminist archaeology as 'political correctness': Paul Bahn ridiculed gender archaeology as a feminist racket with little substance – 'the empress's lack of clothes' (Bahn 1992: 321). More constructively, Ian Hodder emphasised the

de Granada, 2005. p. 20.

88 WYLIE, Alison. **The Engendering of Archaeology Refiguring Feminist Science Studies**. The History of Science Society. In: *Osiris*: v.12, 1997. p. 84.

89 BERROCAL, María Cruz. **Feminismo, teoría y práctica de una arqueología científica**. *Trabajos de Prehistoria*, 66,nº 2, Madrid, 2009. p. 29.

positive outcome of the feminist critique of androcentrism, which resulted in reconsiderations of models of the sexual division of labour and more critical assessments of 'dominant' male activities (Hodder 1991: 168-70). Yet in 1992, it was possible for Marie Louise Stig Sorensen, herself a feminist archaeologist, to suggest that gender archaeology had failed, in that it had not shed substantial light on the past, or on gender relations (Sorensen 1992). It was certainly true that the majority of published work at that date concentrated on critique, with few case studies that applied feminist theory to archeological evidence. Sorensen also decried the quality of some feminist archaeology, rightly proposing that it was time for an internal critique of gender archaeology. While today some 'bad science' masquerades as feminist or gender archaeology, I would argue that in the intervening years gender archaeology has indeed progressed archaeology's outlook.⁹⁰

Segundo Lynn Meskell, há certa resistência dos arqueólogos em atender às demandas feministas, porém, desde o fim dos anos 1990, grande parte da comunidade arqueológica começa a incorporar algumas das premissas da “terceira onda” feminista, e incluir idade, orientação sexual, etnicidade, masculinidades em suas pesquisas.⁹¹

Apesar do “movimento inaugural” da arqueologia de gênero ter sido 1980, isso não significa que pontualmente alguns trabalhos arqueológicos não tenham abordado questões de gênero e/ou relativas à história da mulher no passado. Uma das pioneiras em dar protagonismo para as mulheres na arqueologia foi Marija Gimbutas, que iniciou suas pesquisas dentro da arqueologia na década de 1960, se focou em investigar a possível existência de sociedades matriarcais, pacíficas, igualitárias e com um culto central na Grande Mãe ou Deusa. Suas ideias foram logo adotadas por adeptos do New Age e por eco-

90 “Em que extensão a arqueologia foi receptiva à perspectiva feminista? No final da década de 1980, comentários no pensamento arqueológico falharam ao pouco creditarem a contribuição feminista, ou considerarem como mal desenvolvida. Uma minoria dispensou o gênero e a arqueologia feminista como 'politicamente correto': Paul Bahn ridicularizou a arqueologia de gênero como uma articulação feminista de pouca substância – 'a imperatriz sem vestuário'. Mais construtivamente, Ian Hodder enfatizou o resultado positivo da crítica feminista ao androcentrismo, que resultou em reconsiderações dos modelos de divisão sexual do trabalho e avaliações mais críticas das atividades masculinas 'dominantes'. Ainda em 1992, foi possível a Marie Louise Sorensen, ela mesma uma arqueóloga feminista, sugerir que a arqueologia de gênero havia falhado, no sentido de que não tinha conseguido mudar a visão sobre o passado, ou sobre as relações de gênero. Certamente é verdade que a maioria das publicações até aquela data se concentraram na crítica, com poucos casos de estudos que aplicaram a teoria feminista às evidências arqueológicas. Sorensen também denunciou a má qualidade de alguns trabalhos de arqueologia feminista, argumentando que era a época de realização de uma crítica interna na arqueologia de gênero. Embora hoje haja muitos trabalhos mal feitos mascarados de arqueologia de gênero ou feminista, eu acredito que nos últimos anos a arqueologia de gênero tenha de fato desenvolvido a perspectiva da arqueologia.” (tradução livre da autora) GILCHRIST, Roberta. **Gender and archaeology: Contesting the past**. London and New York: 1999. p. 30.

91 MESKELL, Lynn. Archaeologies of identity. In: HODDER, Ian. **Archaeology Theory Today**. Polity Press. 2001. p. 195.

feministas⁹² Por essas características, seus trabalhos passaram a ser contestados até pelas próprias arqueólogas feministas, pois Gimbutas passou a enxergar sinais da Deusa em qualquer objeto de pedra que não fosse fálico.

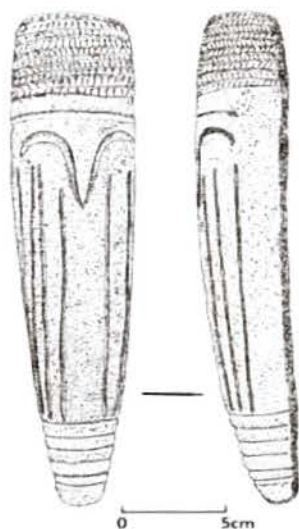


Figure 11. The death goddess' symbols of regeneration include owl eyes and beak associated with vulva and phallus. This phallic figurine with characteristic beak and eyebrow motif was engraved on a dolmen Neolithic of Portugal, c. 3000 B.C. (Casainhos, north of Lisbon).

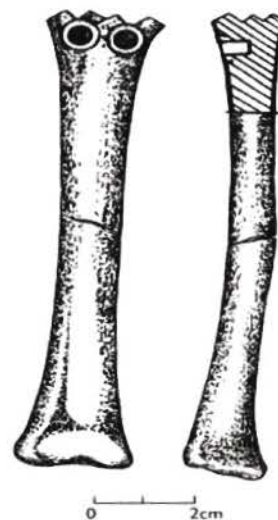


Figure 12. The owl goddess' role in death and regeneration speaks through these bone images that reveal the goddess' staring, round, regenerative eyes. These images were placed in graves. Here, her numinous round eyes of carefully inlaid shell gaze from the end of a cow bone. LBK culture, c. 5000 B.C. (Ensisheim, Upper Rhein).

Figura 1: Representações da Deusa segundo Marija Gimbutas.

Fonte: *The living Goddesses*. p.20.

Além disso, muitos sítios escavados por ela, que iam da Bulgária à Turquia (basicamente eram sítios do Neolítico), tinham fortificações e sinais de possuírem fortes hierarquias, o que destruía a imagem de “matriarcado pacífico e igualitário” construída por seus estudos. O erro de Marija e de James Mellaart, um arqueólogo de Oxford que a ajudou em suas teorias, estava em utilizarem “da suposição típica de Bachofen, de uma progressão linear pelos estágios universais da cultura terem conduzido do matriarcado ao patriarcado.”⁹³ Ainda que Gimbutas tenha recebido muitas críticas, seu trabalho merece ser

92 Sobre o movimento New Age ver: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/481/499> . Acesso em 01/05/2013.

Sobre o ecofeminismo ver: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v19n1/a13v19n1.pdf> . Acesso em 01/05/2013.

93 SOFFER, Olga. ADOVASIO, James M. PAGE, Jake. **O sexo invisível**. Rio de Janeiro, Record, 2006, p. 260.

visto por seu pioneirismo em dar atenção às relações de gênero na arqueologia.

Algo a se considerar na arqueologia de gênero é o debate das diferenças entre arqueologia de gênero e arqueologia feminista, e se a arqueologia de gênero estaria dentro do pós-processualismo. Para Gilchrist, os pós-processualistas de certa forma incentivaram a arqueologia de gênero por ambos possuírem um viés crítico e relativista:

Like third wave feminism, postprocessualism is eclectic: feminists and postprocessualists share concerns with the social, an interest in power relations and an emphasis on the potential of individual agency. Feminism and critical archaeology have both been allied to cultural relativism, and assert that the construction of knowledge is subjective.⁹⁴

Margarita Díaz-Andreu de certa forma concorda com Gilchrist e vai mais longe, ao afirmar que a arqueologia de gênero está dentro do pós-processualismo, por entenderem que a sociedade é composta por indivíduos que são agentes sociais e históricos ativos, responsáveis por negociações diárias, que são a essência da dinâmica histórica. Nesse cenário estão as relações de gênero, que são parte fundamental da sociedade e das relações em geral. A autora acredita que a arqueologia de gênero é pós-processual, feminista e *queer*. Para ela há uma diferença clara entre a arqueologia de gênero e a arqueologia feminista (que se concentra nos anos 1970-1980). Esta última se focava somente nas mulheres, enquanto a primeira aborda todos os gêneros. Um erro comum da arqueologia feminista, segundo Díaz-Andreu, é tratar a categoria “mulher” como universal, sem considerar as especificidades culturais e sociais de cada local, incorrendo, então, em um erro muito parecido com o sentido contrário, de considerar o “homem” como uma categoria universal. Outro objetivo da arqueologia feminista que difere da arqueologia de gênero é o de tentar ser objetiva, deixando somente as mulheres visíveis dentro do processo histórico.⁹⁵

A teoria de Johan Barchofen vem de uma premissa da arqueologia tradicional e de teorias da barbárie/civilização do século XIX. A arqueologia tradicional defendia a hierarquia de gênero entre homens e mulheres como característica natural do ser humano. Essa ideia foi seguida por teorias androcêntricas de que a mulher estaria intelectual e fisicamente na infância da humanidade. Dessa premissa surgiram pensadores como Johan Barchofen, que propunha a ideia do matriarcado original e do culto à deusa mãe como algo primitivo. O patriarcado e o culto a um deus masculino seriam características de sociedades mais avançadas. DÍAZ-ANDREU, Margarita. **Género y arqueología: una nueva síntesis**. Arqueología y Género. Universidad de Granada, 2005. p.35.

94 “Bem como a terceira onda feminista, o pós-processualismo é eclético: feministas e pós-processualistas compartilham preocupações com o social, um interesse nas relações de poder e um foco no potencial do indivíduo como agente histórico. O feminismo e a arqueologia crítica são aliados do relativismo cultural, e afirmam que a construção do conhecimento é subjetiva.” GILCHRIST, Roberta. **Gender and archaeology: Contesting the past**. London and New York: 1999. p. 26.

95 DÍAZ-ANDREU, Margarita. **Género y arqueología: una nueva síntesis**. Arqueología y Género. Universidad de Granada, 2005. p.16-17.

Não é necessário raciocinar muito para perceber que a opinião de Díaz-Andreu não é unânime no meio arqueológico. Ruth Falcó Martí, por exemplo, não faz uma separação entre arqueologia feminista, de gênero e das mulheres, ao considerar que podem estar todas dentro da corrente pós-processualista ou não. Para a autora, a arqueologia feminista, ao contrário do que postula Díaz-Andreu, não possui a necessidade de demonstrar cientificamente a presença das mulheres no registro arqueológico, pois está amparada no pós-estruturalismo e no pós-modernismo.⁹⁶

María Cruz Berrocal não vê com bons olhos o distanciamento da arqueologia de gênero do feminismo e enxerga as duas arqueologias como diferenciadas entre si. Ela descreve a arqueologia de gênero como uma derivação da feminista, e cujo objetivo seria o de acumular informações mais precisas do passado, analisando dados sobre as mulheres e suas atividades. Sua descrição é de certo modo parecida com o que as autoras anteriores descrevem como próprio da arqueologia feminista. Para ela, a arqueologia de gênero se popularizou justamente por apresentar uma “versão light” da arqueologia feminista, visto que os trabalhos acadêmicos que se assumem enquanto feministas são dezenas de vezes mais contestados:

El “género”, con una importante carga teórica inicial (Hernando 2007) porque implicaba no solamente una diferenciación de sexo, sino un acceso diferencial al poder social en función de él (y su uso implicaba, de paso, una fuerte crítica del orden patriarcal al poner de relieve esa desigualdad), se reconvirtió hacia un concepto neutro, atórico. Y aunque la arqueología del género se suele caracterizar por su compromiso en la observación de los individuos – hombres y mujeres – como agentes activos, su foco central es, en realidad, su voluntad de distanciamiento del feminismo, que se percibe como una especie de *guetto* excesivamente politizado, y por lo tanto peligroso y comprometedor para el futuro profesional de las personas que lo reivindican.⁹⁷

Em linhas gerais, esses são os pensamentos que rodeiam a discussão entre o engajamento feminista na arqueologia, a filiação da arqueologia de gênero ao pós-processualismo e ao feminismo propriamente dito. Há que se levar em conta que sem a crítica feminista, provavelmente a arqueologia de gênero não teria se desenvolvido. Então, de certa forma, toda arqueologia de gênero, por mais neutra e apolítica que se pretenda fazer, possui suas raízes no pensamento e teorias feministas. É evidente o avanço da arqueologia de gênero

96 MARTÍ, Ruth Falcó. **La arqueología del género: espacios de mujeres, mujeres con espacio**. Centro de estudios sobre la mujer. Cuadernos de trabajo de investigación. Universidad de Alicante: 2003. p. 47-49.

97 BERROCAL, María Cruz. **Feminismo, teoría y práctica de una arqueología científica**. Trabajos de Prehistoria, 66,nº 2, Madrid, 2009. p. 26.

nos últimos anos, a inclusão de outras questões que não só a visibilidade feminina. As identidades, as sexualidades, as etnicidades se tornaram essenciais dentro dos trabalhos da arqueologia de gênero. A maioria das autoras irá negar a existência de um método próprio da arqueologia de gênero. Porém, pode-se afirmar que sua maior característica é a contestação da arqueologia tradicional, gerando assim uma arqueologia preocupada com as relações transversais de gênero e com interpretações mais sociais e políticas.

Um ponto a se ater antes de mapear como a arqueologia de gênero contestou a arqueologia tradicional, em questões práticas como a agricultura e a maternidade, é entender o desenvolvimento da arqueologia de gênero como algo não homogêneo, isto é, que possui suas particularidades conforme o lugar em que se insere. Como apontado, é possível identificar três momentos no desenrolar da arqueologia de gênero: o primeiro diz respeito à tomada de consciência de que toda arqueologia produzida, até então, era androcêntrica, escrita por e para os homens; o segundo é o momento de adoção do relativismo cultural, mediante o estudo de sociedades com relações e papéis de gênero distintos do usual; e o último é a adesão a novos aportes teórico-metodológicos, e incorporação de novas teorias, como a *queer*.⁹⁸

As indagações da arqueologia de gênero contra a arqueologia tradicional geralmente remetem ao período pré-histórico e, principalmente, à participação da mulher nos contextos domésticos. Segundo Díaz-Andreu, há uma grande dificuldade da comunidade científica em determinar quando o ser humano passou de uma especialização sexual do tipo que outros animais possuem para uma divisão de trabalho sob a base do gênero. Porém, há um consenso entre os arqueólogos e arqueólogas de que essa divisão exista desde o Paleolítico Superior, isto é, mais ou menos 10.000 anos A.C.⁹⁹

Uma perspectiva clássica da arqueologia tradicional que a arqueologia feminista contestou foi a questão da maternidade, já que muitos arqueólogos tradicionais defendem o fato da mulher prezar por suas crias e, portanto, não ter uma mobilidade territorial como a dos homens, conseqüentemente, dando uma menor contribuição econômica para o grupo. Segundo as arqueólogas feministas, a maternidade não limitaria a liberdade da mulher, visto que na maioria das sociedades não ocidentais, as mulheres socializam a criação das crianças. Essa questão da maternidade levou muitas arqueólogas de gênero a atentarem para as crianças

98 NAVARRETE, Rodrigo. **Excavando mujeres en y desde el sur: aproximaciones a la arqueología feminista en Latinoamérica**. Revista venezolana de estudios de la mujer. Enero/junio 2010. vol. 15/n 34. p. 80-81.

99 DÍAZ-ANDREU, Margarita. **Género y arqueología: una nueva síntesis**. Arqueología y Género. Universidad de Granada, 2005. p. 25.

e os idosos em seus estudos.¹⁰⁰

Em relação à divisão do trabalho, a perspectiva de gênero ajuda a desmistificar algumas conclusões da arqueologia tradicional. Por exemplo, as atividades de tecelagem, criação de ferramentas líticas, caça, agricultura, pesca e comércio em algumas sociedades foram exercidas por ambos os sexos, ao contrário do que se acreditava:

Bien al contrario las tareas masculinas se entienden generalmente como esenciales para la supervivencia del grupo, generalizadas a todo tipo de actividades económicas, incluyendo la caza, la pesca, la recolección y la agricultura (Conkey y Spector, 1984: 8). Todas estas creencias sobre las actividades y su relación con una determinada categoría de género han sido objeto de crítica desde los años sesenta principalmente por parte de la arqueología feminista. Empezando con la cuestión de la caza considerada habitualmente como tarea exclusivamente masculina, diversos estudios han demostrado que en determinadas sociedades las mujeres participan en las actividades cinegéticas tanto de caza menor como mayor (Bird, 1993: 23; Estioko-Griffin y Griffin, 1981; McBrearty y Moniz, 1991: 73; McKell, 1993: 116; Wadley, 1998). Además se ha aducido que el producto de la recolección – normalmente realizada por mujeres – supone un aporte fundamental para la dieta del grupo (Conkey y Spector, 1984: 13). Cambios en ésta, por tanto, pueden tener consecuencias de alcance general, posibilidad absolutamente ignorada por la arqueología tradicional y que sólo se ha planteado desde los estudios del género.¹⁰¹

Sobre a agricultura, diversos estudos provaram que na maioria das vezes a mulher foi a iniciadora da domesticação das plantas, devido ao fato de estar, na maioria das vezes, envolvida na coleta. Em muitas sociedades agrícolas, a mulher é a responsável pelo cultivo. Soffer aponta para alguns estudos nos Estados Unidos que levaram à conclusão de que em uma comunidade de transição da coleta para a agricultura, as mulheres inventaram a agricultura por apresentarem em seus fêmures sinais de menor desgaste que os homens, ficando, portanto, mais perto dos assentamentos e não perambulando pelos arredores (em busca da caça).¹⁰²

A verdade é que uma agricultura ativa estava sendo praticada no leste do Mississipi há quase quatro mil anos, e há muito mais que isso na América Central e ao sul. Em todos os casos desta época, exceto entre as pessoas do *pueblo* no sudoeste norte-americano, era uma prática feminina.¹⁰³

100 Ibidem, p. 25.

101 Ibidem, p. 26.

102 SOFFER, Olga. ADOVASIO, James M. PAGE, Jake. **O sexo invisível**. Rio de Janeiro: Record, 2006, p. 254.

103 Ibidem, p. 255.

A arqueologia de gênero vem contestando as premissas da arqueologia tradicional conforme os locais em que se insere. É interessante notar as particularidades do desenvolvimento da arqueologia de gênero em cada região do mundo. Nos Estados Unidos, como apontado, a arqueologia de gênero se aproximou do pós-processualismo, da antropologia e se focou nas críticas e desconstruções da arqueologia tradicional, que possuía um viés positivista. É evidente a preocupação das arqueólogas feministas norte-americanas em construir uma arqueologia crítica. As questões referentes ao poder também são frequentes em suas investigações. Muitos trabalhos da arqueologia de gênero norte-americana¹⁰⁴ se focam em estudar as relações de gênero e as lideranças nas comunidades indígenas do passado e do presente. Um exemplo disso é o trabalho de Ruth Tocolli, no livro *Manifesting power*, que estuda o poder que as mulheres possuem em sociedades nativas, a partir da perspectiva de antropólogos e arqueólogos (que muitas vezes são nativos) que contestam as visões tradicionais de poder, masculinidades, feminilidades, etc:

Roles or tasks that in the West would be considered gendered are circumstantial and negotiable among many native North American groups (Kopytoff 1990; Miller 1994a). It is this feature that best explains women accessing the roles of leader, chief, war leader, warrior, shaman, and healer. These roles are offices that are best occupied by *individuals* possessing both the necessary talents to fulfill the role and the social status providing them access to the role. Tasks that seem to be strongly gendered and are reported the way in the ethnographic literature may not be gendered from emic, or insider, perspectives.¹⁰⁵

A análise de sociedades não ocidentais e a influência do feminismo levam à inclusão das demandas identitárias e étnicas à arqueologia. Segundo Lynn Meskell, há dois modos de definir a identidade: por instituições que a definem e por autoidentificação. As identidades não são fixas e podem mudar com o tempo. Dentro da arqueologia, é possível afirmar que os materiais, a cultura material propriamente dita, são carregados de identidades. É claro que as identidades envolvem gênero, e sexualidades, porém também envolvem a etnicidade. A

104 Como muitos se focam no estudo de comunidades e civilizações que não estão dentro do território dos Estados Unidos, é comum que arqueólogas estadunidenses estudem sociedades antigas europeias, mesoamericanas, andinas, etc. Ver: SWEELY, Tracy. *Manifesting power*. Routledge, 1999.

105 “Papéis ou tarefas que no Ocidente seriam consideradas como naturais para determinado gênero são circunstanciais e negociáveis entre muitos grupos indígenas norte-americanos. Essa é a característica que melhor explica o acesso de mulheres a funções de líder, chefe, guerreira, xamã, e curandeira. Esses papéis são ofícios que são melhor ocupados por *indivíduos* que possuem os talentos necessários para preencher os cargos e o status social que os proporcione o acesso à função. Tarefas que parecem extremamente ligadas a determinado gênero e são apresentadas dessa maneira na literatura etnográfica, podem não ser atribuídas a determinado gênero por perspectivas culturais ou internas.” (tradução livre da autora) TROCOLLI, Ruth. *Women leaders in native North American*. In: SWEELY, Tracy. *Manifesting power*. Routledge, 1999. p. 55.

identidade étnica não é fundamentalmente hierárquica como classe ou status nas concepções marxistas ou weberianas, conceitos amplamente adotados na arqueologia. Seu conceito está aliado às construções de parentesco, e vai além de grupo, clã ou linhagem. A etnicidade não é sempre sinônimo de uma única língua, raça, localização ou cultura material e está em conjunto com outros fatores identitários.¹⁰⁶

A teoria de Judith Butler é cara à arqueologia e aos estudos das identidades de gênero, pois ela crê que os corpos ganham significado em sua materialização. Os sexos feminino e masculino não são sempre considerados os meios naturais de classificar os corpos, a genitália nem sempre é central na identidade corporal, como o estudo de diversas sociedades não ocidentais nos mostram. O que entendemos como características sexuais biológicas podem não o ser em outros contextos culturais. Quando tratamos de arqueologia, é basicamente impossível a identificação do gênero independentemente do sexo, pois o acesso das arqueólogas é sempre aos dados biológicos. Na perspectiva de Butler, não é possível saber o que é o sexo realmente, pois ele sempre esteve por trás do gênero, sendo ambos construídos. Dentro disso, o que as arqueólogas têm acesso é à materialização de um conceito particular de sexo dentro dos poderes normativos e reguladores, dependendo da investigação.¹⁰⁷

As questões relativas às identidades levaram a arqueologia de gênero a duas percepções: a primeira é a de que existem mais gêneros do que a simples definição entre homens e mulheres; a segunda foi a ampliação para a inclusão da teoria *queer* à arqueologia, que gerou a arqueologia *queer*. Um exemplo de “outro gênero” são os *berdache* ou “two-spirit” em várias sociedades indígenas norte-americanas. Os “two-spirit” permanecem como identidade de gênero até hoje em algumas comunidades indígenas, que atualmente se encontram de certo modo marginalizados, porém se organizam para reivindicarem seus direitos:

The Native American 'two-spirit' is simultaneously the most celebrated and diffuse of third-gender roles. In this case an individual would assume the sex, sexuality, roles, gestures and dress of their biological opposite. The two-spirit formed his or her own identity through the very choice of transition. [...] The dress and gestures of the opposite gender were usually adopted, and the two-spirit could marry a member of the opposite gender and engage in same-sex relations. [...] Clearly the precise status was specific to a tribe, but the transition was

106 MESKELL, Lynn. Archaeologies of identity. In: HODDER, Ian. **Archaeology Theory Today**. Polity Press. 2001. p.187-190.

107 ALBERTI, Benjamin. Bodies in Prehistory. In: FUNARI, Pedro Paulo. ZARANKIN, Andrés. STOVEL, Emily. **Global archaeological theory: contextual voices and contemporary thoughts**. Kluwer Academic/Plenum Publishers, Nova York, 2005. p. 107-120.

voluntary and personally disered. [...] the two spirit was a sacerdotal role, an intermediary between two sexes, between the living and the dead, and between the gods and humanity.¹⁰⁸



Figura 2: We-Ha, uma two-spirit Zuni¹⁰⁹

A constatação da existência de “outros gêneros” leva à problematização de que nem sempre é possível classificar os vestígios ósseos, ou corporais, encontrados, como pertencentes a um “homem” ou a uma “mulher”, no entendimento contemporâneo do termo. O mesmo ocorre com os objetos pessoais encontrados especialmente nos enterramentos, como no caso espanhol, que será comentando posteriormente, de um sítio arqueológico em Granada (caso da Dama de Baza).

A arqueologia *queer* possui sua aparição no fim do século XX, aliada à crítica feminista. Seu foco foi criticar a heteronormatividade nas pesquisas arqueológicas e a homofobia de alguns pesquisadores. Esta última é tão intensa em algumas pesquisas, que se chega a afirmar que a homossexualidade seria uma aberração do presente. Diversas pesquisas estão trazendo à tona a existência de homossexuais desde a Antiguidade.

É importante dizer que as teorias *queer* não se atêm somente à homossexualidade, e

108 “Os ‘two-spirit’ nativos americanos são simultaneamente os mais difundidos e celebrados casos dos papéis de um terceiro gênero. Nesse caso, um indivíduo pode assumir o sexo, a sexualidade, tarefas, gestos e roupas do seu sexo biológico oposto. O two-spirit forma sua própria identidade como homem ou mulher de acordo com sua própria escolha de transição. [...] O vestuário e gestos do gênero oposto são comumente adotados, e o/a two-spirit pode se casar com um membro do gênero oposto, formando assim relações do mesmo sexo. [...] Claramente o status preciso é específico de cada tribo, mas a transição é voluntária e desejada. [...] os two-spirit eram um papel sacerdotal, intermediários entre os dois sexos, entre a vida e a morte, entre os deuses e a humanidade.”(tradução livre da autora) GILCHRIST, Roberta. **Gender and archaeology: Contesting the past**. London and New York: 1999. p. 61-62.

109 FIRST PEOPLE. We-Wa - A Zuni Berdache, (2 of 4). In: The ‘Two-Spirit’ People of Indigenous North Americans - by Walter L Williams. Disponível em <http://www.firstpeople.us/articles/the-two-spirit-people-of-indigenous-north-americans.html> Acessado em 5 mar. 2013.

sim a tudo que foge das normas de gênero, não necessariamente designando patologias ou perversões sexuais. O que Thomas A. Dowson critica no trabalho de Lynn Meskell sobre a necrofilia no Egito antigo é que, segundo ele, esse trabalho foi erroneamente classificado como queer, e só reitera os preconceitos em relação à temática, já que se atém unicamente a parafilias.¹¹⁰

Dowson considera que não só os estudos sobre a sexualidade na arqueologia fugindo da heteronormatividade são *queer*; para ele, *queer* é tudo que foge às normas. Como exemplo ele cita um estudo de contestação às datações de arte rupestre:

Desafiar la importància que proporciona la datació directa i indirecta de les imatges rupestres i de la naturalesa cronocèntrica de l'arqueologia en general és decidadment *QUEER*. Però, tal com Yates, jo mateix i altres hem demostrat, aquest trencament manifest no comporta una desviació, i no és menys rigirós metodològicament. Ser clarament *queer* en les nostres recerques proporciona un recordatori constant i necessari de la conveniència de desafiar les formaciones socials i culturals hegemòniques.¹¹¹

Obviamente que a opinião de Dowson não é hegemônica entre as pessoas que fazem arqueologia *queer*, como ele mesmo apontou sua divergência em relação à arqueologia *queer* de Lynn Meskell. Esse é um campo ainda muito recente na arqueologia, e ainda menos explorado que a própria arqueologia de gênero. Porém a tendência é que mais pessoas se aventurem a desafiar a arqueologia tradicional.

Diferentemente do modo como a arqueologia de gênero se desenvolveu nos Estados Unidos, na Europa ela se foca mais nas manifestações culturais e simbólicas, com interesse nos indivíduos e nas identidades, nos corpos e sexualidades, analisando principalmente a relação entre espaço e gênero e contextos funerários¹¹². Na Espanha, especificamente, a arqueologia de gênero surgiu nos anos noventa do século XX, alinhada com os debates teóricos e revisões críticas da disciplina. As indagações eram, principalmente, de encontrar as mulheres na antiguidade, o que se expandiu para o estudo das mulheres na pré-história e para

110 DOWSON, Thomas A. **Homosexualitat, teoria queer i arqueologia**. Revista Cota Zero, n. 14, 1998. p. 84.

111 “Desafiar a importància que a datação direta e indireta das artes rupestres proporcionam e a natureza cronocèntrica da arqueologia em geral, é algo decidadamente queer. Mas, assim como Yates, eu mesmo e outros temos demonstrado, que esta divisão mostrada não implica em um desvio, e não é menos rigorosa metodologicamente. Ser claramente queer em nossas pesquisas proporciona uma lembrança constante da necessidade de desafiar as formações sociais e culturais hegemônicas.” (tradução livre da autora) DOWSON, Thomas A. **Homosexualitat, teoria queer i arqueologia**. Revista Cota Zero, n. 14, 1998. p. 85.

112 SENE, Glauca Aparecida Malerba. **Indicadores de gênero na pré-história brasileira: contexto funerário, simbolismo e diferenciação social. O sítio arqueológico Gruta do Gentio II, Unai, Minas Gerais**. Tese de doutorado, MAE, USP, 2007. p. 10.

o estudo das relações de gênero. Um dos grandes campos da arqueologia ibérica é a análise de contextos funerários, pois esta revela diversos aspectos do modo de vida e dos rituais de determinada sociedade. Sexuar os restos funerários é algo importante, porém não deve ser o foco da investigação e nem ser feito sem uma série de problematizações.¹¹³

Um dos casos famosos de análises funerárias pela arqueologia de gênero na Espanha é o da chamada Dama de Baza, em Granada, no qual, primeiramente, se acreditava tratar-se de um homem, por encontrarem armas na tumba, porém, a análise das cinzas levou à conclusão de que era uma mulher de alto status social:

Uno de los casos que consideramos fue el de la tumba más opulenta encontrada en la necrópolis ibérica de Baza, fechada en el siglo III y caracterizada por la presencia de una gran escultura representando a una mujer sedente y por un ajuar en que se encuentran – entre otros objetos – armas. Los presupuestos sobre el género de la arqueología tradicional llevaron a los excavadores a atribuirle a un hombre pero, para sorpresa de todos y todas, los resultados de los análisis de las cenizas ofrecieron una conclusión opuesta, puesto que indicaban que la enterrada era una mujer, conclusión que todavía no ha sido totalmente aceptada por los expertos/as, una resistencia que parece estar conectada con la creencia del menor estatus percibido para ellas en el mundo ibérico. Nosotras propusimos, sin embargo, que el análisis de otras necrópolis y de las esculturas provenientes de templos demuestra que en la sociedad ibérica las mujeres de alto estatus habían conseguido manipular el código iconográfico para representarse como poderosas, apropiándose no sólo de los símbolos reservados para representar a la divinidad – iconografía de una mujer sentada – sino también de aquéllos masculinos para representar estatus masculino armas.¹¹⁴

113 TORREIRA, Lourdes Prados. **Y la mujer se hace visible: estudios de género en la arqueología.** Universidad Autónoma de Madrid. Encuentro Internacional Arqueología del Género. 2008. p. 230-231.

114 DÍAZ-ANDREU, Margarita. **Género y arqueología: una nueva síntesis.** Arqueología y Género. Universidad de Granada, 2005. p. 34.



Figura 3: Dama de Baza¹¹⁵

Na América Latina (excetuando o Brasil), o surgimento da arqueologia de gênero se liga à Arqueologia Social, de influência marxista, dos anos 1970, por ambos se focarem no discurso arqueológico como um produto cultural e político. Os trabalhos arqueológicos sobre gênero na América do Sul podem ser divididos em dois tipos: os feitos por arqueólogos (arqueólogas em sua maioria) sul-americanos e os feitos por estrangeiros. Para Rodrigo Navarrete, é necessário evitar generalizações de que o enfoque feminista na arqueologia teria surgido primeiramente em países com movimentos feministas fortes, como Estados Unidos e Inglaterra. Mesmo que historicamente a arqueologia latino-americana tenha dependido de desenvolvimentos teórico-metodológicos e de processos acadêmicos de locais considerados centros globais de produção de conhecimento, a anexação da perspectiva de gênero bebe muito de teóricas feministas periféricas.¹¹⁶

Algo importante a se considerar é que a Arqueologia Social Latino-americana influenciou muito a arqueologia feminista e de gênero espanhola, pela relação entre o feminismo e o marxismo na arqueologia. Muitas arqueólogas de gênero espanholas e norte-americanas focaram seus trabalhos na América Latina. Um exemplo disso é Joan Gero que, a partir da análise de instrumentos líticos do sítio arqueológico de Hauricoto, no Peru, chegou à conclusão de que os artefatos não eram somente produzidos por homens, como se acreditava, pois há a presença desses instrumentos também nos espaços domésticos. Além disso, ela

115 Museo Arqueológico Municipal de Baza. <http://www.granadaaltiplano.org/0/12/0/Museo-Arqueologico-Municipal-de-Baza/fichaPatrimonio.html> Acesso em 10/03/2013.

116 NAVARRETE, Rodrigo. **Excavando mujeres en y desde el sur: aproximaciones a la arqueología feminista en Latinoamérica**. Revista venezolana de estudios de la mujer. Enero/junio 2010. vol. 15/n 34. p. 76-78.

também contesta que gênero seja uma categoria natural e universal.¹¹⁷

No Brasil a arqueologia de gênero tem se desenvolvido muito raramente, muitas vezes ainda atrelada à história e à análise da cultura material. Existem alguns trabalhos que utilizam a perspectiva de gênero, porém não como foco principal da pesquisa. As investigações pré-coloniais na maioria das vezes abordam o gênero de forma descritiva, sem muitas interpretações, em análises de cerâmicas, de vestimentas e de resquícios funerários. As interpretações geralmente dizem respeito a simbolismos e papéis sociais. No contexto pós-colonial, são notáveis os trabalhos com artefatos e espaços domésticos,¹¹⁸ bem como com as mulheres no presente ressignificando espaços arqueológicos.¹¹⁹ O viés conservador da arqueologia brasileira ainda não permitiu uma maior abertura para as teorias feministas e a temática de gênero.

As relações entre a arqueologia e o feminismo, a história e o feminismo, e as teorias de gênero já foram explicitadas nas páginas anteriores, bem como as correlações entre história, arqueologia e cultura material. A análise de caso a seguir envolve comparações entre trabalhos da arqueologia de gênero e da história de gênero que se utilizam da cultura material para construir um panorama do ambiente doméstico e seus discursos de gênero.

2.3 Análise de caso: comparação entre as perspectivas da história e da arqueologia no estudo do ambiente doméstico

A cultura material é um termo caro à história, porém muitas vezes é utilizado como desculpa, por alguns pesquisadores, por não pertencerem à área de arqueologia. Porém, mesmo sem esse pertencimento, é necessário que muitas vezes a história se utilize da cultura material. Na perspectiva de gênero, muitas pesquisas da história recorrem ao seu uso, principalmente no que concerne ao ambiente doméstico, pois este é marcado pela presença material, pela presença dos objetos. Nesse sentido, a pesquisa arqueológica pode ter a função de auxílio no momento de entender como os espaços e objetos reproduzem os papéis de gênero. A análise de documentos escritos também pode ser cara à arqueologia para a realização de interpretações mais concretas.

Prova disso são os dois ensaios analisados em questão. Ambos possuem a semelhança

¹¹⁷ Ibidem. p. 82-83.

¹¹⁸ BASTOS, Sanmea Thayanni Barbosa. **Possibilidades de uso do conceito gênero na arqueologia: um estudo preliminar.** Monografia, PUC, Goiás, 2011, p. 35-37.

¹¹⁹ Ver trabalho de Loredana Ribeiro, sobre o garimpo de mulheres. RIBEIRO, Loredana. **Gênero e etnografia arqueológica - seguindo artefatos, escritos, narrativas...** Anais da III Semana Internacional de Arqueologia "André Penin", USP, 2013.

de se aterem ao ambiente doméstico, porém possuem abordagens completamente diferentes. A começar com a área, sendo um da história e o outro da arqueologia. Como apontado na introdução, o primeiro é *Gênero e artefato: O Sistema Doméstico na Perspectiva da Cultura Material – São Paulo, 1870 – 1920*, de Vânia Carneiro de Carvalho. O segundo é *Historical Archaeology of Gendered Lives*, de Deborah Rotman.

Vânia usa como fontes objetos, móveis, manuais femininos, manuais de decoração, propagandas, fotografias, livros de literatura, para analisar os discursos de feminilidade e masculinidade, o modo como a organização e decoração da casa refletiam os padrões de gênero binários e heteronormativos, a imposição de certas normas ao lidar com o corpo, etc. Os arquivos e instituições consultados por ela foram: Biblioteca Municipal “Mário de Andrade”, em São Paulo; Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro; Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo; Museu da Casa Brasileira, em São Paulo; Arquivo do Estado de São Paulo; Arquivo do Mappin; Museu Paulista da Universidade de São Paulo; e Biblioteca da Escola de Engenharia da Universidade de São Paulo.

Deborah Romatan faz um trabalho interdisciplinar entre história, geografia e arqueologia e utiliza, como fontes, os objetos de cerâmica e de porcelana encontrados nas escavações mais antigas e atuais que ela e outros pesquisadores realizaram no local estudado. Também fotografias, mapas, documentos escritos, as próprias casas estudadas e todo seu mobiliário, e o que foi encontrado nas fossas (objetos e alimentação). Seus objetivos são: entender as ideologias de gênero que estavam em voga entre 1750 e 1904, na cidade de Deerfield, em Massachussets, a partir da análise material, iconográfica e escrita da vida de seis famílias, de como eram as relações de gênero, e as relações entre gênero e espaço nesses lares. Para a autora, a vida em Deerfield reflete muito bem as ideologias de gênero correntes entre os séculos XVIII e início dos XX nos Estados Unidos. Portanto, seu ensaio seria uma ajuda para entender como essas ideologias operaram no país. Seu acervo é geralmente resultante das escavações de sua equipe ou do *Memorial Hall Museum* de Deerfield, além de se servir do trabalho de outros pesquisadores que escavaram no local.

Enquanto Carvalho realiza um longo debate com as fontes propriamente ditas na construção do ambiente doméstico e das representações de gênero dentro deste, Rotman primeiro analisa as ideologias de gênero correntes nos Estados Unidos, depois conta todo o contexto histórico da cidade de Deerfield, desde a época de colonização no século XVII, até chegar ao momento de ocupação dos lares em questão. Ambas as autoras se focam, principalmente, nas elites burguesas dessas sociedades, que possuíam seus bens e uma grande quantidade de objetos. O próprio acervo do Museu Paulista, estudado por Carvalho, é elitista,

suas doações geralmente eram das grandes famílias tradicionais e ricas da cidade de São Paulo. Rotman tenta fugir um pouco dessa lógica ao escolher, entre as seis famílias, três pertencentes às classes médias baixas, ou ao mundo rural.

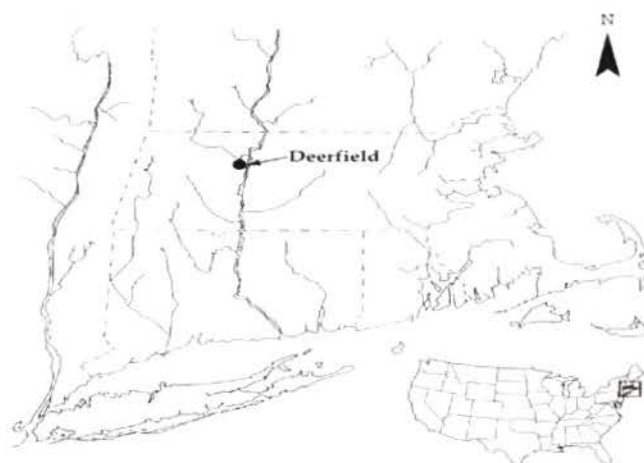


Fig. 1.1 Locator map of Deerfield, Massachusetts in southern New England. (Created by Kit Curran for the author)

Figura 4: Mapa de Deerfield ¹²⁰

A casa, para as famílias burguesas, será um ambiente de reprodução das ideologias de gênero, isso é recorrente nos dois trabalhos analisados, como bem observa Michelle Perrot:

Certamente que este modelo de casa – a casa modelo – é próprio das intimidades burguesas. Ele encadeia suas variantes com incontáveis detalhes, desde a Londres vitoriana até a Viena fim-de-século e até, mais a Leste, o coração de Berlim e São Petersburgo. Pode-se trabalhar com a hipótese de uma relativa unidade do modo de vida burguês no século XIX e das maneiras de morar, reforçada pela circulação europeia dos gêneros arquitetônicos. É uma sutil mistura de racionalidade funcional, um conforto ainda bastante reduzido e nostalgia aristocrática, particularmente viva nos lugares onde subsiste uma vida de corte. Mesmo nos países democráticos, a burguesia só conquistou tardiamente a legitimidade do gosto, e seu cenário ideal ainda é o dos salões e castelos do século XVIII, o da “doce vida”. Contudo, quantas nuances, quantas disparidades engendram as culturas nacionais, religiosas ou políticas em suas relações sociais, familiares, papéis sexuais e, conseqüentemente, nas estruturas e usos da casa que os traduz!¹²¹

Tanto no Brasil, como nos Estados Unidos, a casa será entendida como o local de vivência da família, como um contraponto ao mundo externo. Vânia argumenta que a casa

¹²⁰ ROTMAN, Deborah. *Historical Archaeology of Gendered Lives*. Springer, Nova Iorque: 2009. p. 2.

¹²¹ PERROT, M. *História da vida privada, Vol. 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras. 1991. p. 310.

deveria ser contrária à vida industrial, portanto, um local bem decorado, em que as coisas acontecessem de modo menos acelerado e automático. Para a autora, os objetos domésticos estão estritamente ligados à formação de identidades, e a cultura material envolve também o modo como o corpo e os objetos interagem.¹²² Ela analisa principalmente a normatividade das ações masculinas e femininas no ambiente doméstico, geralmente ligados ao que Rotman denomina “domesticidade”, que seria uma das ideologias correntes entre os séculos XVIII e XX, e significa basicamente um culto à esfera doméstica, com separações naturalizadas entre o público (masculino) e o privado (feminino).¹²³

Essa domesticidade geraria ambientes na casa próprios da esfera masculina, com alusão ao espaço público e à política, como é o caso do escritório. Vânia observa que no acervo de canetas do Museu Paulista, a maioria delas foi pertencente a “homens públicos”, bem como a coleção de óculos, que associam a vida intelectual ao homem. No caso, os únicos óculos não pertencentes a um homem, destinavam-se a leituras rápidas. Ela crê que pelo caráter elitista do museu, não era interessante demonstrar a vida intelectual de muitas mulheres da época, já que essas não estavam tomando as decisões políticas importantes, portanto, foram realizadas poucas doações de óculos femininos. Outra curiosidade dos acervos estudados por ela é a associação das mulheres com os sofás, pianos e outros objetos ligados ao conforto e à sociabilidade. A mulher seria, então, um item de conforto do homem, após um dia cansativo de trabalho. A decoração dos ambientes também era responsabilidade da mulher, gerando, assim, mais conforto para o lar:¹²⁴

As ações femininas – alargadas por toda a casa, porém sem comprometer a identidade específica de seus espaços e objetos e concentradas em representações artísticas de elementos da natureza – contribuíram para a formação de um perfil pessoal incentivado a abrir mão da própria individualidade a favor de uma atuação como integradora das diferenças de seus membros. As ações masculinas, por sua vez, nos mostram uma forma de apropriação material voltada para o fortalecimento de um perfil individualizado. Em última instância, podemos dizer que para o homem convergem todas as coisas da casa, inclusive sua mulher. Tal força centralizadora não excluiu a existência de territórios sexualmente marcados. Pelo contrário, estimulou um ideal de convivência complementar entre marido e esposa.¹²⁵

122 CARVALHO, Vânia Carneiro. **Gênero e Artefato: O Sistema Doméstico na Perspectiva da Cultura Material – São Paulo, 1870 – 1920**. São Paulo: EDUSP. 2008. p. 25.

123 ROTMAN, Deborah. **Historical Archaeology of Gendered Lives**. Springer, Nova Iorque: 2009. p.19.

124 CARVALHO, Vânia Carneiro. **Gênero e Artefato: O Sistema Doméstico na Perspectiva da Cultura Material – São Paulo, 1870 – 1920**. São Paulo: EDUSP. 2008. p. 43-114.

125 Ibidem. p. 114.

As demais ideologias de gênero analisadas por Rotman em seu trabalho, e que se encontram em Deerfield, são: a mística feminina, a maternidade republicana, a reforma doméstica e o início do feminismo (movimento sufragista). Ela também se debruça sobre as relações de classe, as identidades e etnicidades. Talvez a família mais intrigante estudada por ela, seja uma que foge completamente às normas, composta por duas mulheres solteiras, que vieram da cidade de Boston e viveram na casa em Deerfield entre 1885 e 1904. São elas Madeline Yale Wynne e Annie Putnam.

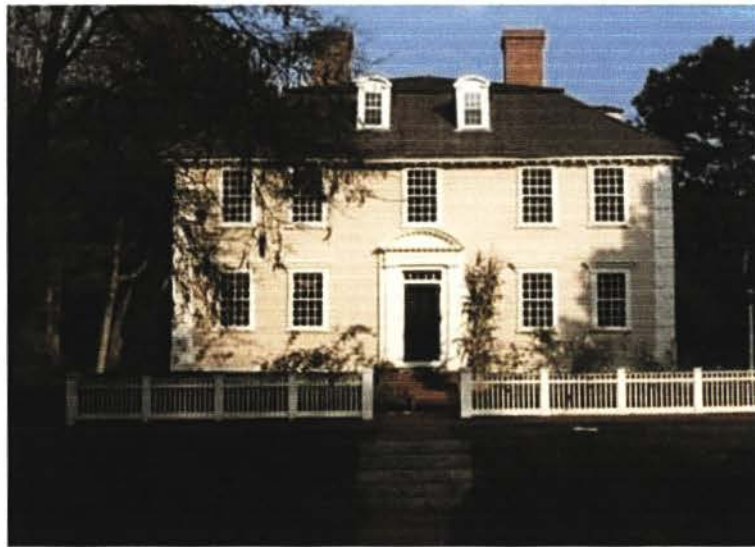


Fig. 3.9 The Manse, home to Madeline Yale Wynne and Annie Putnam. Photograph by Broughton Anderson. Used by permission

Figura 5: Residência de Wynne e Putnam¹²⁶

Rotman observa que eram comuns mulheres solteiras, viúvas, ou separadas se juntarem e compartilharem casas nesse período, formando assim configurações familiares baseadas na amizade. Essas mulheres se tornavam independentes financeiramente e influentes nos meios sociais que frequentavam. Wynne e Putnam eram sócias de um estúdio de arte, que funcionou primeiramente em um dos cômodos da casa, sendo transferido para outra localidade após um tempo. Elas frequentavam espaços de debates políticos na cidade, especialmente os referentes ao sufrágio feminino, tornando-se reconhecidas pela capacidade intelectual e artística.¹²⁷

É interessante notar o modo de trabalho de Rotman, que se utiliza da análise de cerâmica para entender as relações de gênero, dando um ar de trabalho arqueológico, apesar

126 ROTMAN, Deborah. *Historical Archaeology of Gendered Lives*. Springer, Nova Iorque: 2009. p. 58.

127 Ibidem. p. 60.

do uso de todo tipo de documentação escrita e iconográfica. Ela mapeia o que foi encontrado nos sítios escavados, que são, principalmente, antigas latrinas, fossas e depósitos de lixo. As figuras a seguir são exemplos da parte mais técnica de seu trabalho, no qual utiliza os vestígios encontrados não só para entender as relações de gênero, como também para pensar as relações de consumo, classe social e status, já que uma família com maior riqueza, e que claramente tivesse interesses em grandes recepções de pessoas, certamente possuiria uma maior e mais ornamentada quantidade de cerâmica e de objetos de luxo :

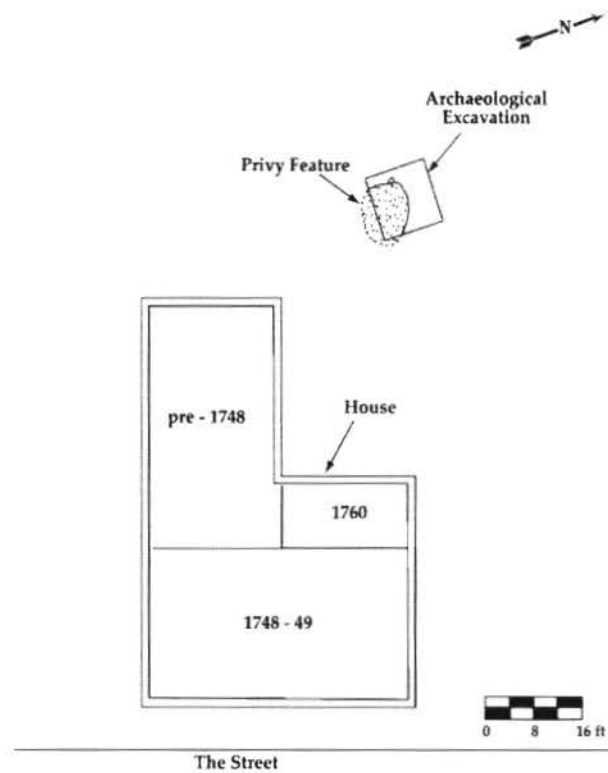


Fig. 3.11 Location of the privy/trash pit excavated at the Dr. Thomas and Esther Williams' home (ca. 1750–1770). Created by Kit Curran for the author.

Figura 6: Planta de uma das casas de família analisadas, com indicação do local escavado¹²⁸

128 Ibidem, p. 67.

Fig. 5.1 A sample of the ceramics recovered from the trash pit at the E. H. and Anna Williams site: (1) Royal Scalloped creamware plate, nearly whole; (2) Blue shell-edged pearlware plate rim fragment, and (3) Blue, under-glaze, hand-painted Chinoiserie pearlware bowl rim fragment

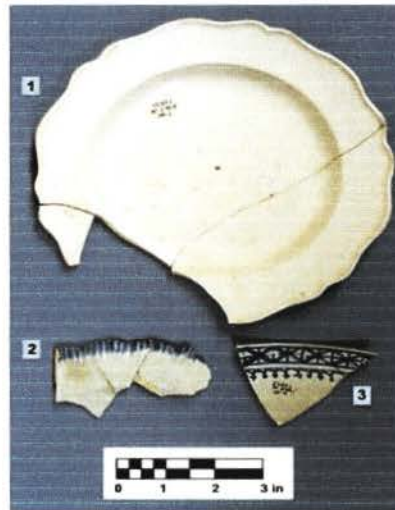


Figura 7: Uma das análises de cerâmicas realizada.¹²⁹

Esses tipos de pesquisas são caros tanto à história quanto à arqueologia, por trabalharem a interdisciplinaridade de forma coesa e competente. Entender as relações de gênero a partir dos objetos é algo que deveria ser mais explorado, dada a riqueza que essas fontes podem fornecer. A perspectiva de gênero pode não ser a principal num determinado estudo, mas deve possuir sua relevância, levando-se em consideração que as relações de gênero permeiam o cotidiano e a maioria das interações humanas.

¹²⁹ Ibidem, p. 130.

Considerações finais

Como visto na Introdução, os conceitos de cultura material e de arqueologia são caros para o entendimento da arqueologia de gênero e de suas relações com a história, visto que o objeto da arqueologia é necessariamente a cultura material. O uso da arqueologia pela história e vice-versa tende a enriquecer as investigações, pois se cria um diálogo que permite uma ampliação das fontes, das teorias e dos resultados das mesmas.

As trajetórias das teorias da história e da arqueologia, e de suas práticas, mostram as semelhanças entre as duas e a necessidade de aproximá-las para a realização de pesquisas mais complexas. Ambas passaram por períodos de revisão da disciplina como ciência, e da influência do positivismo. A adoção das demandas pós-modernas, pós-estruturalistas, pró-diversidade e interdisciplinaridade em ambas as ciências são recentes, e ainda precisam ser exploradas.

A arqueologia de gênero nada mais é do que uma resposta à arqueologia que vinha sendo feita até então, e uma resposta às ciências em geral que quase sempre relegaram papéis secundários às mulheres e as questões referentes à sexualidade e relações de gênero. Não há uma metodologia na arqueologia de gênero, bem como na história de gênero, cada autor ou autora trabalha dentro de uma perspectiva diferenciada, tendo em comum geralmente a contestação do sistema vigente no que concerne as relações de gênero.

O feminismo e as teorias de gênero são necessários ainda hoje, por apresentarem questionamentos ao mundo e ao modo de agir e pensar das pessoas em geral. A desconstrução dos preconceitos de gênero se faz necessária para uma sociedade mais sã e tolerante, que respeite a diversidade, e proporcione a liberdade de ser o que e quem se quer, sem que todos saiam prejudicados como no sistema androcêntrico. Na história e na arqueologia, essas teorias evidenciam maneiras diferenciadas de trabalho, e novas visões sobre o que já havia sido feito e sobre o que ainda virá.

Fontes

ALBERTI, Benjamin. Bodies in Prehistory: Beyond the Sex/Gender Split . In: FUNARI, Pedro Paulo. ZARANKIN, Andrés. STOVEL, Emily. **Global archaeological theory: contextual voices and contemporary thoughts**. Kluwer Academic/Plenum Publishers, Nova York, 2005.

BASTOS, Sanmea Thayanni Barbosa. **Possibilidades de uso do conceitode gênero na arqueologia: um estudo preliminar**. Monografia, PUC, Goiás, 2011.

BERROCAL, María Cruz. **Feminismo, teoría y práctica de una arqueología científica**. Trabajos de Prehistora, 66,nº 2, Madrid, 2009.

CARVALHO, Vânia Carneiro. **Gênero e Artefato: O Sistema Doméstico na Perspectiva da Cultura Material – São Paulo, 1870 – 1920**. São Paulo: EDUSP. 2008.

DÍAZ-ANDREU, Margarita. **Género y arqueología: una nueva síntesis**. Arqueología y Género. Universidad de Granada, 2005.

DOWSON, Thomas A. **Homosexualitat, teoria queer i arqueologia**. Revista Cota Zero, n. 14, 1998.

GILCHRIST, Roberta. **Gender and archaeology: Contesting the past**. London and New York: 1999.

MARTÍ, Ruth Falcó. **La arqueología del género: espacios de mujeres, mujeres con espacio**. Centro de estudios sobre la mujer. Cuadernos de trabajo de investigación. Universidad de Alicante: 2003.

MESKELL, Lynn. Archaeologies of identity. In: HODDER, Ian. **Archaeology Theory Today**. Polity Press. 2001.

NAVARRETE, Rodrigo. **Excavando mujeres en y desde el sur: aproximaciones a la**

arqueología feminista en Latinoamérica. Revista venezolana de estudios de la mujer. Enero/junio 2010. vol. 15/n 34.

ROTMAN, Deborah. **Historical Archaeology of Gendered Lives.** Springer, Nova Iorque: 2009.

SENE, Glaucia Aparecida Malerba. **Indicadores de gênero na pré-história brasileira: contexto funerário, simbolismo e diferenciação social. O sítio arqueológico Gruta do Gentio II, Unai, Minas Gerais.** Tese de doutorado, MAE, USP, 2007.

SOFFER, Olga. ADOVASIO, James M. PAGE, Jake. **O sexo invisível.** Rio de Janeiro, Record, 2006.

SWEELY, Tracy. **Manifesting power.** Routledge, 1999.

TORREIRA, Lourdes Prados. **Y la mujer se hace visible: estudios de género en la arqueología.** Universidad Autónoma de Madrid. Encuentro Internacional Arqueología del Género. 2008.

WYLIE, Alison. **The Engendering of Archaeology Refiguring Feminist Science Studies.** The History of Science Society. In: Osiris: v.12, 1997.

Referências bibliográficas

ADOVASIO, J. M., PAGE, Jake. **Os primeiros americanos**. Tradução: Renato Bittencourt; Rio de Janeiro: Record, 2011.

BARRETO, Mauro Vianna. **Abordando o passado; uma introdução à Arqueologia**. Belém: Paka-Tatu, 2010.

BRASIL. Universidade Federal do Vale do São Francisco. **Projeto Pedagógico do curso de bacharelado em Arqueologia e Preservação Patrimonial**. Petrolina, 2008.

BUCAILLE, Richard e PESEZ, Jean-Marie. **Cultura material**. In: Enciclopédia Einaudi, Lisboa, IN-CM, 1989, vol.16 - *Homo — Domesticação — Cultura Material*.

BUTLER, Judith e RUBIN, Gayle. **Tráfico sexual – entrevista**. Cadernos Pagu, n. 21, Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, 2003.

FOUCAULT, Michael. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

_____. **Microfísica do Poder**. [Organização e tradução de Robert Machado]. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FUNARI, Pedro Paulo. **Os historiadores e a cultura material**. In: PINSKY, Carla Bassanezi, (organizadora). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Como se tornar arqueólogo no Brasil**. *Revista USP*, 44, 74-85, 2000.

GIMBUTAS, Marija. **The living goddesses**. Berkeley, CA, EE.UU.: University of California Press, 1997.

GROSSI, Miriam; HEILBORN, Maria Luiza e RIAL, Carmen. Entrevista com Joan Wallach Scott. In **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, VOL6. N.1/98.

HARAWAY, Donna. **'Gênero' para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra.** Cadernos Pagu, n.22. Campinas: Unicamp, 2004.

HODDER, Ian. **Archaeology Theory Today.** Polity Press. 2001.

JANOTTI, Maria de Lourdes. O livro *Fontes históricas* como fonte. n: PINSKY, Carla Bassanezi, (organizadora). *Fontes históricas.* 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

JESUS, Jacqueline Gomes e ALVES, Hailey. **Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais.** Revista CRONOS, v. 11, n. 2, 2010.

J. KI-ZERBO (org.), **História geral da África: metodologia e pré-história da África.** vol. I. São Paulo/Paris, Ática/Unesco, 1982.

LE GOFF, Jacques. **A história nova.** 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NARVAZ, Marta; KOLLER, Silvia Helena. **Metodologias feministas e Estudos de Gênero: articulando pesquisa, clínica e política.** *Psicologia em Estudo*, vol. 11, nº 3, Maringá, 2006.

PAGNOSSI, Nádia Carrasco. Novas abordagens no ensino da Revolução Francesa: inserção das temáticas de racismo e gênero por meio da obra de Olympe de Gouges. In: FILHO, Guimes Rodrigues (org.). **Formação inicial, história e cultura africana e afro-brasileira: desafios e perspectivas na implementação da Lei Federal 10.639/2003.** Uberlândia: Editora Gráfica Lops, 2012.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres.** ; tradução Angela M.S. Corrêa – São Paulo: Contexto, 2007.

_____. **História da vida privada, Vol. 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra.** São Paulo: Companhia das Letras. 1991.

PESEZ, Jean-Marie. A história da cultura material. In: LE GOFF, Jacques. **A Nova História.** Lisboa. Edições 70. 1986.

PROUS, André. **Arqueologia brasileira**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1992.

RENFREW, C. & BAHN, P. **Archaeology: Theories, Methods and Practice**. 5. ed. London: Thames & Hudson, 2008.

RIBEIRO, Loredana. **Gênero e etnografia arqueológica - seguindo artefatos, escritos, narrativas...** Anais da III Semana Internacional de Arqueologia “André Penin”, USP, 2013.

SALADINO, Alejandra. **Prospecções na arqueologia brasileira: processos de ressignificação e práticas de preservação do patrimônio arqueológico**. Trabalho apresentado na 26ª Reunião de Antropologia, realizada entre os dias 1 e 4 de junho de 2008, Porto Seguro, Bahia, Brasil.

SANTOS, Ana Cristina Santos. **Estudos queer: Identidades, contextos e acção colectiva**. Revista Crítica de Ciências Sociais [Online], 76| 2006, posto online no dia 01 outubro 2012. URL: <http://rccs.revues.org/813>.

SILVEIRA, Renato da. Os selvagens e a massa: o papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental. In: **Revista Afro-Ásia**, Universidade Federal da Bahia, 23, 1999.

SOUZA, S. M. F. Medonça. GASPAR, Maria Dulce. **A Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB: perspectivas da maioria**. Anais do IX Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Rio de Janeiro, agosto de 2000, CD-ROM.

TRIGGER, Bruce G. **História do pensamento arqueológico**. 2. ed. Tradução: Ordep Trindade Serra; São Paulo: Odysseus Editora, 2004.